

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO DE EDUCAÇÃO (POGE)

Resistência do Movimento Estudantil ao Contrato de Gestão pelas Organizações
Sociais na Educação do Estado de Goiás

Marcilon Duarte

BRASÍLIA - DF

2018

MARCILON DUARTE

Resistência do Movimento Estudantil ao Contrato de Gestão pelas
Organizações Sociais na Educação do Estado de Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação – POGE; sob orientação do Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses.

BRASÍLIA – DF

2018

Dissertação de Mestrado

Resistência do Movimento Estudantil ao Contrato de Gestão pelas Organizações Sociais na Educação do Estado de Goiás

Marcilon Duarte

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

Banca Examinadora

Erlando da Silva Rêses Orientador – PPGE/UnB

Professor Doutor

Doutora Miriam Fabia (FE/UFG)

Professora

Raimundo Luiz Araújo (FE/UnB)

Professor Doutor

Perci Coelho de Souza (SER/UnB)

Professor Doutor

Viola Enluarada

(Marcos Valle e Milton Nascimento)

A mão que toca um violão

Se for preciso faz a guerra,

Mata o mundo, fere a terra.

A voz que canta uma canção

Se for preciso canta um hino,

Louva à morte.

Viola em noite enluarada

No sertão é como espada,

Esperança de vingança.

O mesmo pé que dança um samba

Se preciso vai à luta,

Capoeira.

Quem tem de noite a companheira

Sabe que a paz é passageira,

Prá defendê-la se levanta

E grita: Eu vou!

Mão, violão, canção e espada

E viola enlutarada

Pelo campo e cidade,

Porta bandeira, capoeira,

Desfilando vão cantando

Liberdade.

Quem tem de noite a companhia

Sabe que a paz é passageira,

Prá defendê-la se levanta

E grita: Eu vou!

Porta bandeira, capoeira,

Desfilando vão cantando

Liberdade.

Liberdade, liberdade, liberdade...

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente meu pai, José Dias Duarte, e minha mãe, Ana Maria Duarte, por todos os ensinamentos. Deles levarei conhecimentos que servirão para toda minha vida. Eles são os principais educadores que a vida presenteou-me. Deles recebi o conhecimento popular que fundamentaram toda trajetória acadêmica deste pesquisador. Agradeço aos meus irmãos, Marcilene, Marcelina e Marcelo, que compartilham os mesmos ensinamentos de nossos pais. Agradeço à família que escolhi para viver, à minha esposa e companheira, Maria dos Santos (Sandra), pela sua importância em toda minha trajetória acadêmica e social. Aos meus filhos, Igor Lopes Duarte, Camilla Lopes Duarte e Vinícius Lopes Duarte e ao mais novo membro de minha família, a pequena netinha Maria Isabel, a ela e todos citados, meus sinceros agradecimentos por oportunizar-me na trajetória de pensar em um mundo melhor. Toda minha família representa uma grande importância em toda construção da pesquisa social.

A todos os lutadores e lutadoras sociais que, com sua vida ensinam a construir o nosso objeto de pesquisa numa relação de práxis social. Com esses sujeitos aprendemos que a pesquisa não pode ser representada pela neutralidade, mas pelo princípio transformador da sociedade. Entre os grandes lutadores sociais, devemos lembrar e agradecer ao Movimento Estudantil, especialmente o “Secundaristas em Luta”, cujos membros são sujeitos desta pesquisa e estiveram acampados nas Unidades Públicas de Ensino no Estado de Goiás. Em algumas visitas para compreender melhor as lutas deste movimento, há uma relação de aprendizagem entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Ao observar a dinâmica das ocupações com relação às oficinas, o movimento demonstra a importância da comunidade no processo pedagógico. Lembramos e agradecemos também todos os estudantes que morreram durante as diversas ditaduras que ocorreram no Brasil, lutadores que doaram as suas vidas em defesa de uma sociedade melhor. A eles, todo o nosso agradecimento pelas conquistas e pelo ensinamento de organização e de luta.

Ao Programa Pós-Populares, coletivo de democratização do acesso à Universidade Pública, pelo Chão da Pesquisa, que vem construindo em minha trajetória acadêmica uma contribuição para uma concepção transformadora da sociedade, ensinando-me que é possível fazer ciência para mudar a sociedade e aos diversos companheiros deste coletivo, com os quais aprendemos que a pesquisa no campo social não pode ser individual, mas por meio de uma construção coletiva. Meus sinceros agradecimentos à Ana Cristina e à Leila Maria pela participação ativa durante a realização dessa pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Erlando Rêses, pela paciência acadêmica e participação em todos os momentos da pesquisa. Com ele aprendi a construir uma relação entre a pesquisa e a prática social, sendo que uma não exclui a outra. A todos os colaboradores desta pesquisa que partilham também do sonho de uma sociedade mais justa e fraterna e que entendem que não se pode construir essa sociedade a partir de ações neoliberais, como, por exemplo, os contratos de gestão das Unidades Públicas de Ensino, mas a partir de uma gestão pública que valorize a participação de sujeitos sociais.

Aos muitos professores do Mestrado acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Brasília e de outros programas, pelo princípio formador e importância na minha constituição de pesquisador, são os docentes: Carlos Alberto Lopes, Shileide Pereira da Silva Cruz, Sadi Dal Rosso, Daniel Bin, Perci Coelho, Ana Magnólia e Cristina Leite. Todos os mestres apontados representaram e continuarão representando uma importância fundamental na trajetória deste pesquisador.

A todos os sujeitos citados nesta pesquisa, meu profundo agradecimento fraterno. Que possamos construir juntos através de pesquisas sociais uma sociedade melhor, na qual todas as pessoas possuam o direito à educação pública e de qualidade.

RESUMO

Esta pesquisa apresentou a Resistência do Movimento Estudantil ao Contrato de Gestão pelas Organizações Sociais na Educação Pública do Estado de Goiás com o objetivo de apontar elementos reflexivos sobre a participação política e ação coletiva do movimento estudantil nessa unidade federativa. Nesse contexto, apresentamos as Ocupações das Unidades Públicas de Ensino no estado em questão, sendo os estudantes secundaristas apontados como sujeitos da pesquisa, por meio de abordagens nos locais de ocupação promovidas pelos mesmos. Apresentamos uma breve história do Movimento Estudantil no Brasil e, em especial, analisamos o Movimento “Secundaristas em Luta” no Estado de Goiás, especificamente na cidade de Goiânia, o qual realizou diversas ocupações em escolas como forma de resistência à privatização da Educação. Nesse sentido, o texto apresenta essa luta do Movimento Estudantil à implantação da Parceria Público Privada nesse Estado. Utilizamos entrevistas semiestruturadas com os estudantes secundaristas e análise de conteúdo para tratamento dos dados em categorias. Além das entrevistas, fizemos uso das postagens nas redes sociais como formas de expressão da juventude organizada, o que foi possível explorando as páginas relativas às ocupações das Unidades Públicas de Ensino. Ademais, realizamos a escuta dos estudantes (acampados ou em outros espaços de movimento estudantil) e sustentamos que o movimento de ocupações das escolas foi marcado pela abordagem crítico-emancipatória, com uma proposta de superação de uma abordagem instrumental, hegemônica e conservadora. Nessa perspectiva, surgem perguntas norteadoras da pesquisa: Como e por que aconteceu a ocupação das escolas, realizada pelo movimento estudantil no Estado de Goiás, no período de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016? Estamos diante de um novo paradigma de luta? Que luta foi essa e o que ela representa para a Educação? Para dar cabo dessas questões, recorreremos à pesquisa bibliográfica, entrevista com estudantes nos locais de ocupação e debates construídos pelos Secundaristas nas redes sociais.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Parceria Público Privada. Organizações Sociais.

Escola Pública.

ABSTRACT

This research presents the Resistance of the Student Movement to the Contract of Management by Social Organizations in the Public Education of the State of Goiás, with the aim of indicating reflective elements about the political participation and collective action of the student movement in this federative unit. In this context, we introduce the Occupations of Public Educational Units in the above-mentioned state, considering the high school students as research subjects, through approaches made to the sites where occupations were encouraged by them. We provide a brief history of the Student Movement in Brazil, particularly analyzing the Movement “Secundaristas em Luta” in the state of Goiás, specifically in the city of Goiânia, which carried out several occupations in schools as a means of resistance against the privatization of Education. In this regard, the text presents the struggle of the Student Movement against the implementation of the Public-Private Partnership in this state. We used semi-structured interviews with the high school students and content analysis to organize the data into categories. In addition to the interviews, we also made use of the posts on social networks as forms of expression of the organized youth, which was possible by exploring the pages related to the occupations of Public Educational Units. Moreover, we listened to the students (camped or in other spaces of the student movement) and we support that the movement of occupations of the schools was marked by the critical-emancipatory approach, with a proposal of overcoming an instrumental, hegemonic and conservative approach. From this perspective, questions arise that guide the research: How and why did the occupation of the schools, carried out by the student movement in the State of Goiás from December 2015 to February 2016, happen? Are we facing a new paradigm of struggle? What was this struggle and what does it represent for Education? To answer these questions, we based on bibliographical research, interviews with the students in the places of occupation and debates developed by the high school students in the social networks.

Keywords: Student movement. Public-private partnership. Social organizations. Public school.

LISTA DE SIGLAS

PPPs	Parcerias Público Pivadas
OSs	Organizações Sociais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Draco	Delegacia de Repressão ao Crime Organizado
MPL	Movimento pelo Passe Livre
NMS	Novos Movimentos Sociais
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas

LISTA DE QUADROS- CATEGORIZAÇÃO

Quadro	Categorias	Página
01	Participação Política	46
02	Privatização	49
03	Ocupação das Escolas	51
04	Exclusão	52
05	Unificação das Lutas	54
06	Manipulação da Comunicação	56
07	Fechamento do Edital	59
08	Violência Policial	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 Participação Política e Ação Coletiva	19
1.1 Breve História do Movimento Estudantil	22
1.2 Organizações Sociais e Resistência	30
1.3 Movimento Estudantil contra a privatização da Educação	34
1.4 Movimento Estudantil e o Materialismo Histórico- Dialético	39
2 Resistência do Movimento Estudantil à implantação das parcerias público-privadas	46
2.1 Criminalização do Movimento Estudantil e dos Movimentos Sociais	46
2.2 Ocupação ou Invasão?	51
3 Metodologia de Pesquisa e Instrumentos de Pesquisa	55
3.1 Resistência do Movimento Estudantil e Contribuições do Método Dialético	56
3.2 Análise de Conteúdo e Categorias	58
3.2.1 Participação Política	59
3.2.2 Privatização	61
3.2.3 Ocupação das Escolas	62
3.2.4 Exclusão	63
3.2.5 Unificação das Escolas	64
3.2.6 O Papel da Comunicação	67
3.2.7 Revogação do Edital	69
3.2.8 Violência Policial	70
Considerações Finais	72
Referências	75
Anexos	81

MEMORIAL

Sou o segundo filho de pais mineiros, José Dias Duarte e Ana Maria Duarte, que migraram para o Distrito Federal em 1966, sendo meu pai, caminhoneiro, viajando o país para sustentar seus dois filhos. Como muitos que chegam à Capital do País, foram expulsos para a região do entorno e assentaram residência no bairro do Pedregal, município do Novo Gama. Nesta nova residência, nascem mais dois filhos do casal.

Como meio de vida, trocaram a lida dura de caminhoneiro pela de comerciante, em 1978, quando eu já tinha 10 anos. Neste período já enfrento as dificuldades que um filho da classe trabalhadora sofre para estudar: o pequeno estudante junto com sua irmã, Marcilene Duarte, utilizava meios de transportes coletivos precários, onde alguns sequer tinham poltronas e outros nem mesmo portas. Este era o trajeto até a cidade mais próxima em que se conseguia estudar, distante cerca de 25 quilômetros do Pedregal, na cidade do Gama, já Distrito Federal. Isto porque não existia escola pública em Novo Gama, que na ocasião ainda não era emancipado como município.

O Ensino Fundamental foi concluído na cidade de Novo Gama-GO, neste tempo recém reconhecida como cidade e pertencente ao município de Luziânia-GO. O Ensino Médio foi concluído na Cidade Ocidental, também pertencente naquele momento ao Município de Luziânia. O Município do Novo Gama foi emancipado somente em 15 de junho de 1995, pelo Decreto 12.680 de 19/07/1995 e após muita mobilização e luta política, com a participação ativa de membros do SERPAJUS.

O período da infância, adolescência e início da juventude foi dividido entre as cadeiras escolares e a ajuda no comércio da família. Os pais, embora de pouca escolaridade, transmitiram aos filhos, os ensinamentos do conhecimento do mundo e da vida. Ao completar 20 anos ingresso no seminário de formação religiosa, Seminário Franciscano, Jardim da Imaculada, Cidade Ocidental, onde realizo boa parte dos meus estudos. No seminário Maior Nossa Senhora de Fátima, Lago Sul encontro o estudo de Filosofia e Teologia.

No início da década de 90 me vejo inserido na militância política por meio dos movimentos sociais e das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs), movimento que possui como principal foco de atuação a defesa dos excluídos. Em 1995, deixo o seminário e encontro o matrimônio com Maria dos Santos Feitosa e, posteriormente, nossos três filhos: Igor, Camilla e Vinicius. Em uma nova fase de vida, encontro participação no movimento social chamado Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ/SERPAJUS)¹, um momento importante para minha formação intelectual e política. Este movimento possui diversas atuações voltadas à emancipação social e se articula com diversas outras lutas e movimentos sociais².

Neste mesmo período em que atuo como militante social passo a construir o início de uma opção pela ação pedagógica que se estende pelos anos seguintes e define a minha atuação profissional e militante. Estava há pouco tempo fora do Seminário, quando recebi um convite da Professora Diretora Eronilda, minha professora da 5ª Série, para lecionar na Escola Arco Íris, posteriormente Colégio João XXIII, no Novo Gama, com as disciplinas de Ensino Religioso e Técnicas Comerciais. Meu início enquanto profissional da educação se deu nesta Escola, entre os anos de 1996 a 1998, e no mesmo momento nasce a primeira

experiência em escola pública, quando então começo a atuar como professor de contrato temporário na Rede Estadual de Educação do Estado de Goiás, na cidade de Pedregal, Novo Gama, no Colégio CAIC. Atuando enquanto professor de Ensino Fundamental e Médio, acompanhei a luta dos estudantes por uma escola democrática de qualidade. Na Rede Estadual, as direções escolares eram representadas por agentes do governo, em geral do PMDB, onde não existia a liberdade de atuação pedagógica, em um campo mais democrático. Estudantes e alguns professores realizavam as lutas contra a política educacional constituída por Diretores altamente autoritários. Eu estive sempre à frente junto a movimentos de luta dos estudantes neste momento, até a minha saída da Rede de Ensino.

No ano de 1998, trabalhei como professor de contrato temporário na Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás, lecionando na Educação de Jovens e Adultos, onde contribui com a luta dos estudantes contra a falta de professor nas Escolas Municipais. Neste momento realizamos diversos movimentos estudantis com o apoio do Sindicato dos Servidores Públicos e Empresas Públicas do Município de Valparaíso de Goiás.

Neste mesmo ano fui aprovado no concurso público para professor da Rede Municipal de Valparaíso de Goiás, sendo convocado a tomar posse no dia 2 de fevereiro

¹ SERPAJ/SERPAJUS Serviço de Paz, Justiça e Não Violência Ativa, é uma entidade civil e Popular com base em Mahatma Gandhi, fundada por jovens da Igreja Católica São Pedro Apóstolo no Pedregal-GO.

² Cf. www.serpajus.com.br. Acesso em: 12 de junho de 2017.

de 1999. Ao assumir o concurso público no Município de Valparaíso de Goiás, começa uma nova fase de militância no meu percurso de vida. O recém-criado Sindicato dos Servidores Públicos e Empresas Públicas do Município de Valparaíso (SINDSEP/VAL) passou a ser o meu novo campo de atuação política. No ano de 2000, fui eleito diretor de finanças deste Sindicato, dirigindo-o de 2001 a 2004, num momento marcado por diversas greves por melhores condições de trabalho dos servidores municipais. A partir deste contexto, passei a atuar ativamente como militante sindical de base, até os dias de hoje.

Embora, não tenha em meu histórico, militância ativa no Movimento Estudantil, pois boa parte de minha juventude, estive no Seminário de Formação Religiosa, enquanto militante social e sindical sempre estive apoiando os estudantes na luta por uma escola de qualidade. Nos momentos em que atuei lecionando no Ensino Médio, a defesa da organização independente dos Estudantes sempre foi a tônica da minha atuação pedagógica.

Entre os anos de 2001 a 2005, busco a formação em nível de graduação plena em pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, preparando melhor para a atuação em sala de aula. Esta experiência foi fundamental para despertar o pesquisador ainda adormecido em mim. Neste Momento da vida, tivemos diversas atuações na luta pelo Centro Acadêmico na UEG. Apesar de eu não participar ativamente da direção dos Centros Acadêmicos, contribui com os estudantes nas lutas para que tenhamos uma Educação de Ensino Superior de Qualidade. Após o momento de graduação em Pedagogia, a busca pela formação numa vertente contínua em uma Pós-Graduação Lato-sensu em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes. Neste momento inicia uma trajetória como docente do ensino superior em instituições privadas na região do Entorno Sul do DF.

No ano de 2010, começo a lecionar com a disciplina de Didática no ICSH/CESB, Instituto de Ciências Sociais e Humanas, instituição de Ensino Superior privada no Entorno Sul do Distrito Federal, onde acompanhei a criação do Diretório Acadêmico e sua atuação.

Atualmente como professor da Rede Municipal de Valparaíso e atuando na formação de professores, pela rede privada de educação superior, mantenho a emancipação humana como ponto de partida e de chegada. Emancipação que se faz em uma construção, que historicamente se constitui pelas lutas sociais, nas relações entre o sindicato e o processo pedagógico em sala de aula, organização e mobilização estudantil e na busca constante de uma transformação da sociedade na construção da consciência e da autonomia. Pois, segundo Húngaro, “o processo de emancipação humano está, portanto, vinculado com a realização da superação com tomada de consciência” (HUNGARO, 2014, p.28).

INTRODUÇÃO

As Ocupações ocorridas nas Unidades Públicas de Ensino do Estado de Goiás pelo Movimento Estudantil foram a tônica dos estudantes, enquanto Sujeitos Sociais, numa perspectiva de defesa de uma educação com qualidade de ensino e valorização dos profissionais da Educação. Nessa abordagem, este trabalho propõe a compreensão da resistência do Movimento Estudantil à política de implementação das Organizações Sociais (OSs), como contrato de gestão na Educação Pública no Estado de Goiás. A presença das OSs (Organizações Sociais) no setor público em Goiás oferece o arcabouço legal para a política pública implementada pelo governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Contra a política neoliberal do governador, o Movimento Estudantil “Secundaristas em Luta”, realizou em todo o Estado de Goiás diversas ocupações em Unidades Públicas de Ensino como forma de reivindicação contra a privatização da Educação.

Na busca constante de compreender o Movimento Estudantil, o pesquisador valeu-se da análise qualitativa, entendendo o Estudante como sujeito fundamental para a construção dessa abordagem. Nessa perspectiva, a pesquisa procura responder às questões: Como e por que aconteceu a ocupação das escolas, realizada pelo movimento estudantil no Estado de Goiás, no período de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016? Estamos diante de um novo paradigma de luta? Que luta foi essa e o que ela representa para a Educação? Para dar cabo destas questões recorreremos à pesquisa bibliográfica, entrevista com estudantes nos locais de ocupação e debates construídos pelos Secundaristas nas redes sociais.

O autor dessa dissertação visitou os estudantes que estavam ocupando as Unidades Públicas de Ensino na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e acompanhou diversas vezes demonstrações de atividades culturais desenvolvidas ao longo do processo de organização das lutas.

Essa dissertação está dividida em três capítulos que estão organizados da seguinte forma:

O Capítulo 1, com o tema Participação Política e Ação Coletiva, constrói uma discussão acerca da participação política com foco em autores do campo das Ciências Sociais e Humanas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que aponta uma reflexão acerca de ação coletiva, democracia e marxismo. Em seguida, há uma breve discussão histórica acerca do

Movimento Estudantil, já focalizando o estudo empírico acerca da ocupação de escolas no Estado de Goiás.

No Capítulo 2, refletimos sobre a Resistência dos Estudantes durante a ocupação das Unidades de Ensino no combate às Organizações Sociais na defesa de uma Escola Pública, Gratuita e de qualidade.

O Capítulo 3 apresenta a epistemologia da pesquisa, o Materialismo Histórico Dialético, por compreender que ela responde aos anseios da abordagem realizada pelos sujeitos da pesquisa, que são os estudantes. A partir dessa abordagem utilizamos a Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin.

Esses estudantes referendaram a crítica a uma educação excludente e demonstraram convicção de que a entrada das Organizações Sociais na gestão da Educação Pública significa a vertente da privatização da educação.

Capítulo 1

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AÇÃO COLETIVA

A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora.

(Marx, 1993)

Alguns teóricos como Le Bon, Tarde e Ortega y Gasset veem no comportamento coletivo da multidão uma manifestação de irracionalidade ou um rompimento perigoso da ordem existente. O psicólogo Gustave Le Bon (1973, p.20), chegou a afirmar em sua obra “A psicologia das multidões” (1895) que: “pelo mero fato de formar parte de uma multidão organizada, um homem desce vários degraus na escala da civilização. Isolado, ele poderá ser um indivíduo cultivado; na multidão, é um bárbaro – ou seja, uma criatura que age por instinto”.

Durkheim, Weber e Marx, com alcance e implicações diferentes, veem nos movimentos coletivos um modo peculiar de ação social. Em Durkheim o exemplo pode ser encontrado na transição para formas de solidariedade mais complexas (da Solidariedade Mecânica para a Solidariedade Orgânica). Em Weber, a transição do tradicionalismo para o tipo legal-burocrático e já em Marx o exemplo está na ação revolucionária (RÊSES e DUARTE, 2017).

Guardadas as devidas diferenças - os componentes psicológicos em relação aos sociológicos, os aspectos microssociais em relação aos macrosociais e ao papel dos agentes em relação à dinâmica do sistema - há nesses autores pontos em comum na análise do movimento estudantil: existência de tensões na sociedade, identificação de uma mudança, comprovação da passagem de um estágio de integração a outro por meio de transformações de algum modo induzidas por componentes coletivos.

Um dos elementos que compõe esse cenário de manifestação coletiva é o exercício da democracia participativa. Uma das primeiras pensadoras a defender a democracia participativa foi Hannah Arendt (1994). Em sua compreensão, a democracia participativa surge como um “novo exemplo” diante de um cenário de desintegração, em que se instala o declínio de serviços públicos, como escolas, polícia, coleta de lixo, transporte e outros. Para a

autora, isso é resultado do descontrole das necessidades das sociedades de massa, acompanhado pelo declínio simultâneo dos vários sistemas de partidos, que deveriam ser destinados a servir às necessidades políticas da população.

A filósofa e pensadora política Chantal Mouffe apresenta sua reflexão sobre democracia participativa. Na concepção desta autora, a democracia participativa é uma *democracia radical*, capaz de promover o resgate do político (MOUFFE, 1996), que se dá pelo estabelecimento de novas instituições abertas ao pluralismo. A política da democracia radical representa o aprofundamento do projeto democrático da modernidade, em que é necessário um novo tipo de articulação entre o universal e o particular (SILVA, 2008).

Chantal Mouffe mostra que a luta pela democracia no espaço estatal é insuficiente e que, portanto, ela precisa ser exercitada para além da esfera estatal. Sendo assim, novas formas de participação política devem ser implantadas, levando em conta as amplitudes e especificidades das lutas democráticas atuais, em torno do gênero, da raça, da classe, do sexo, do ambiente e de outros fatores. Significa “o reconhecimento da existência do político em toda a sua complexidade: a dimensão do “nós”, a construção do campo do amigo, bem como a dimensão do “eles”, o aspecto construtivo do antagonismo” (MOUFFE, 1996, p. 19).

Essa concepção de democracia radical e plural reconhece a existência permanente do conflito e do antagonismo e a restauração do valor da participação política é o que vai garantir o ressurgimento do espaço público (Silva, 2008). Este modelo de democracia não deve ser confundido com uma manifestação do desdobramento da história das lutas de classe ou das lutas pela formação de classes. Ela não acarreta necessariamente desterritorialização, mas a construção de decisões a partir de baixo. A extensão do termo “baixo” inclui comunidades geograficamente definidas, como fábricas, escritórios e bairros, ou comunidades não agrupadas por um critério. O espaço desta política poderia situar-se nas comunidades intencionais ensaiadas por várias contraculturas (ARONOWITZ, 1992).

Para Stanley Aronowitz o termo “radical” implica uma concepção de democracia que ultrapassa as formas parlamentares, ainda que inclua também a noção de governo representativo. Em sua análise, o socialismo, deve ser entendido como uma extensão da revolução democrática e para os democratas radicais, a propriedade social, o Estado e o sistema legislativo já não são vistos como formas transitórias para uma ordem superior especificada pela história e sim como elementos importantes de uma formação social plural na qual o movimento estudantil tem papel crucial e independente (ARONOWITZ, 1992).

Na mesma linha de pensamento, Laclau e Mouffe (2015), afirmam que a democracia radical supõe uma dimensão socialista. Mas para os autores, não se pode abandonar os objetivos do socialismo, que devem ser concebidos como uma das dimensões da luta pelo aprofundamento da democracia.

A sociedade civil organizada demonstrou sua força neste campo de atuação. Sociedade civil aqui não se define apenas por sua distinção em relação ao Estado (GRAMSCI, 1995), mas trata-se de uma instância social caracterizada por ações individuais e coletivas que se articulam em segmentos organizados em função de linhas de ação. O seu sentido refere-se ao *locus* de produção de pensamentos e ações que surgem da articulação e dinâmica de manifestações organizadas, espontâneas, esporádicas ou mais regulares de sujeitos isolados e coletivos da sociedade, cuja referencialidade esteja na política e na participação e não no utilitarismo e oportunismo das forças econômicas e comerciais (SILVA, 2008).

Althusser, marxista/estruturalista da segunda metade do século passado, assegura que “nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 1980, p.49). Mas o que são os Aparelhos Ideológicos do Estado? Althusser os exemplifica com a família, a escola, a igreja, o judiciário, os partidos políticos, os sindicatos, dentre outros. E o que o autor entende por ideologia? Althusser define ideologia como a “representação” imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Por isso, ideologia religiosa, moral, jurídica, política, etc, são “concepções de mundo”. Perceba então, que para Althusser a ideologia tem uma existência material, pois ela é criada e difundida por instituições, que possuem uma constituição física. Ele mesmo define aparelho ideológico religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, cultural e de informação (Althusser, 1980)

Na outra ponta de sua análise está o aparelho repressivo de Estado. A função deste assegurar, por meio da força, as condições políticas para a reprodução das relações de produção capitalista, além disso, condicionando o funcionamento do Aparelho Ideológico de Estado, que por sua vez garante a dominação da ideologia capitalista em todas as partes do sistema (Althusser, 1980).

À luz dessas reflexões iniciais, passaremos a fazer um breve histórico do Movimento Estudantil no Estado de Goiás, a fim de entendermos qual foi a luta realizada por este movimento contra a privatização da Educação e o que ela representou, neste contexto.

1.1 BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Segundo Foracchi (1977), os jovens adentram o campo do conhecimento estudantil, no primeiro momento, como pertencentes às relações familiares. A família é a detentora dos bens materiais que são utilizados para mantê-los nas escolas. Assim, constitui-se a possibilidade de relações de subserviência com os pais. Porém, inseridos no movimento estudantil, os jovens podem se perceber autônomos e capazes de modificar o ambiente social no qual estão inseridos, rompendo com uma estrutura socialmente organizada.

A primeira sociedade organizada é a família. Ao limitar os recursos financeiros de manutenção dos estudos de seus filhos, ela possui a pretensão de conservar as relações de dominação familiar. Porém, para o estudante, a dependência financeira da família na manutenção do seu estudo, reduz as possibilidades de seu engajamento nos movimentos de vanguarda, por estes representarem interesses diferentes dos valores familiares. Mesmo com essa constituição social, os estudantes buscaram a autonomia intelectual, o que levou à construção de diversos movimentos pela educação pública, gratuita, democrática e laica.

Essas reivindicações estão presentes desde os primórdios do Movimento Estudantil, em 1901, com a criação da Federação dos Estudantes do Brasil (FEB) e, logo depois, da União Nacional dos Estudantes (UNE), transformando-se em pauta de organização social e política de um projeto anticapitalista.

Para Foracchi (1977), o movimento estudantil universitário já estava muito bem organizado desde 1937. Naquele momento, havia um sonho antigo dos estudantes, a reforma universitária. Nesse mesmo ano, já havia a organização de um grupo de estudantes que viria a ser chamados de União Nacional dos Estudantes (UNE). Este grupo representou, segundo a autora, uma das mais importantes organizações de resistência da sociedade brasileira.

Entendendo-se a escola como parte da estrutura social e um Aparelho Ideológico do Estado, ela continua, nos dias atuais, inserida no âmbito das políticas educacionais que tomaram forma com a intervenção dos organismos internacionais bilaterais. Nas orientações do Banco Mundial para a educação pública brasileira encontra-se o direcionamento do fluxo escolar segundo necessidades do mercado (Rêses, 2015). É neste âmbito que se situa as ações atuais do movimento estudantil: resistência a um modelo de educação de cunho mercadológico.

Segundo Souza (2014) a democracia neoliberal representa o direito e o poder de compra, sendo marcada pelas Organizações Sociais. Assim, a educação passa a compor um viés mercadológico em que as classes populares perdem o poder de compra da educação enquanto direito universal. Nessa mesma concepção, aponta-se novos paradigmas de Luta do Movimento Estudantil tendo em vista a necessidade de historicizar as diversas abordagens acerca das organizações estudantis. A defesa do Movimento estudantil pela escola pública e de qualidade tem sido a tônica das lutas durante toda história do Estado de Goiás. Para Souza (2014) os movimentos Sociais nascem a partir da falta de políticas sociais. Nessa concepção, o Movimento Estudantil, organiza-se na defesa da Escola Pública exatamente pela falta de políticas Sociais para a educação pública. Essa investida do Estado Neoliberal tem colocado os movimentos Sociais em refluxo, pois a privatização tem levado as pessoas a uma investida individualista.

Nessa abordagem o Movimento Estudantil no Brasil e no Estado de Goiás tem reinventado suas dinâmicas e criado novos paradigmas de luta, trazendo novos anseios aos estudantes, como uma educação que respeite as diferenças e que possa primar pela qualidade de ensino.

Aqui, cabe lembrar de um momento histórico marcante no Movimento Estudantil sul americano, que reivindicou a Reforma Universitária de Córdoba/Argentina, em 1918. Estudantes incomodados com a estrutura e organização da Universidade de Córdoba lançaram, em 21 de junho de 1918, um manifesto que é considerado um marco na história das universidades latino-americanas por instituir uma identidade e um modelo de atuação.

A universidade argentina mantinha um ensino dogmático, com repetição exaustiva de textos e programas, estrutura burocratizada e fechada em si mesma, ao ponto de impedir a participação estudantil nas instâncias deliberativas. Contra isso, os estudantes expressaram sua reivindicação no manifesto, que pode ser sintetizado assim: coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; participação livre nas aulas; periodicidade definida e professorado livre das cátedras; caráter público das sessões e instâncias administrativas; extensão da universidade para além dos seus limites; assistência social aos estudantes; autonomia universitária e universidade aberta ao povo (Freitas Neto, 2011).³

O foco central do manifesto foi a defesa da autonomia universitária, que teve acolhida noutros movimentos estudantis posteriores em países como Uruguai, Chile, Peru e Brasil, atendendo a um apelo dos estudantes cordoveses para que os estudantes da América

do Sul observassem que as demandas eram as mesmas para se mudar a estrutura administrativa, o ensino e a prática docente.

Durante a década de 1940, pela sua importância histórica e social, o movimento estudantil foi conquistando lugar na sociedade. No momento do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Movimento alcançou grandes momentos de politização das massas, o que levou a uma grande adesão da população. Também foi muito forte essa adesão durante o Governo de João Goulart (1961-1964). Naquele momento, os estudantes realizaram diversas manifestações em defesa das reformas de base prometidas pelo então presidente, entre elas a reforma universitária. Embora algumas reformas estivessem sendo encaminhadas pelo presidente da República, o movimento estudantil organizou, em 1963, uma grande greve geral com o objetivo de pressionar o governo para agilizar essas reformas. Sítio: <http://www.une.org.br/memoria/>

Durante o Golpe Militar de 1964, o movimento estudantil possuiu uma atuação muito forte em defesa da democracia. Em 1968, por meio do Ato Institucional Nº 5 e o Decreto Presidencial Nº 477/68, sindicatos, partidos políticos e movimentos organizados foram proibidos de se reunirem. Assim, eles passaram a atuar na clandestinidade. Os estudantes assumiram uma posição de combate ao regime que os impôs diversas restrições de organização social e atuação política.

Segundo Foracchi (1977), o movimento estudantil surge a partir de uma proposição concreta de atuação entre a constituição do estudante e a do futuro profissional. Essa ação estudantil tem como fundamento básico o caráter reivindicativo fundado no projeto de carreira profissional. O estudante compreende que ao reformular os padrões educacionais, terá como princípio de ação, a luta por um futuro profissional realizado com sucesso. Essas condições de estudante serão transcendidas por meio do caráter reivindicatório. Ao manifestar-se socialmente, ele procura transformar sua prática social.

³ A íntegra do Manifesto de Córdoba de 1918 pode ser encontrada em versão portuguesa e espanhola no link <http://lh.eng.br/testes/wp-content/uploads/2015/06/Manifesto-de-C%C3%B3rdoba-1918-Portugu%C3%AAs-e-Espanhol.pdf> Acesso em 12 de junho de 2017.

Enquanto, durante a ditadura militar, os jovens possuíam a expressão das lutas sociais, hoje com os novos movimentos juvenis, buscam-se construir as lutas de

diversas formas devido às novas atuações da juventude. A perspectiva de espaços culturais e de organização interna das unidades escolares representaram as novas formas de posicionamento destes atores sociais. O Movimento Social ligado à juventude apresenta neste panorama novos paradigmas de participação social, sem excluir a importância histórica representada pelo Movimento Estudantil de 1968.

É no intuito de apresentar essas novas formas de atuação que conheceremos uma resistência do movimento estudantil ao modelo de implantação das Organizações Sociais (OS) na educação. A concepção histórica do movimento estudantil é construída a partir da contextualização da época em que os paradigmas vivenciados pelos estudantes eram outros: luta pela democratização da educação pública e a autonomia intelectual. Na atualidade, concebemos diversos movimentos estudantis, ou seja, a defesa dos estudantes constitui-se pela educação pública, gratuita, de qualidade e que respeite a diversidade de gênero, etnia, credo, numa percepção de pluralidade em que a nova sociedade vivencia. Os paradigmas sociais não são os mesmos, mas fundamentam-se na história para construção de novas lutas. No mesmo diapasão, a história do Movimento Estudantil se contextualiza no Estado de Goiás construindo diversos momentos de luta e organização realizada pelos estudantes. Nessa concepção que Souza (2014) afirma que os NMS (Novos Movimentos Sociais) compreendem a importância das lutas históricas do Movimento Estudantil pela Democratização do Brasil, porém nasce novos anseios, como uma educação que respeite as diferenças de etnia, religião, gênero, constituindo assim uma sociedade plural.

O Movimento Estudantil no Estado de Goiás tem sido protagonista em diversas lutas em defesa da inclusão social. Nos Anos de 2011 – 2013, na defesa do Passe Livre e, em 2015 e 2016, emergiu um grande movimento em defesa da Escola pública e contra a implantação das Parcerias Público Privadas.

A ocupação de Unidades Públicas de Ensino contra a privatização da Escola Pública segue as mesma concepção do Movimento Estudantil Nacional na luta pelo Passe Livre. Aqui foi o momento em que os estudantes fizeram ecoar as vozes rebeldes nas ruas por um país com serviços públicos de qualidade. Segundo o sociólogo Ruy Braga "a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior

revolta popular da história brasileira" (Braga, 2014, p.6). Os Estudantes não apenas foram para as ruas pelo Passe Livre, mas pelo direito à cidadania. O MPL (Movimento Pelo Passe Livre) convocou os Estudantes para se organizarem contra o aumento das tarifas de

passagens de transporte público, sendo essa pauta, o ponto inicial para que o Movimento pudesse debater nas ruas a cidade que temos e a cidade que queremos. O direito à mobilidade se entrelaça com outras agendas sociais, como saúde e educação.

Goiânia, capital de Goiás, é uma das maiores metrópoles brasileira, tendo necessidade de que se debata a qualidade do serviço público dela, inclusive do transporte coletivo, sendo esse o “motor” que encadeou diversas mobilizações nesse Estado. Os estudantes iniciaram uma constante mobilização pela modicidade do valor do transporte urbano entre 2011 e 2012 e muito forte em 2013. Durante todo esse período, diversas manifestações foram organizadas sendo reprimidas pela força policial e marcadas por vários estudantes sendo presos durante suas atividades. Em 2013, o movimento ganhou uma força capaz de recuar no aumento das tarifas de transporte⁴.

O Movimento Estudantil ocupou as ruas de Goiânia no dia 20 de junho de 2013. Segundo seus organizadores, compareceram mais de 50 mil estudantes contra o aumento das passagens de Ônibus. Foi a maior mobilização vista nas últimas décadas em Goiânia. Só não foi maior que o Movimento pelas Diretas, na década de 80, segundo a organização. Nessa perspectiva, o Movimento Estudantil demonstra nesse Estado o poder de mobilização social cuja pauta de luta ultrapassa o Passe Livre, reivindicando também transporte público de qualidade, saúde, saneamento básico e educação de qualidade.

A Geógrafa Alcinéia Silva procurou refletir sobre a ocupação das Escolas pelos estudantes numa concepção geográfica. Sua pesquisa é construída no intuito de conhecer e caracterizar este jovem que ecoa a sua voz na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, ao mesmo tempo que produz uma geografia a ser considerada, a exemplo da produção do espaço físico da escola ocupada (Silva, 2017). Estes estudantes, ainda segundo a autora aponta, são considerados novos sujeitos escolares capazes de transformar o ambiente em que vivem na luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade contrapondo a uma política antidemocrática, que valorize o capital financeiro em detrimento da valorização igualitária de todos os atores da Educação. Nessa abordagem a autora aponta uma reflexão acerca dos espaços ocupados pelos estudantes, tornando-se ocupação política onde o comprometimento com a organização social faz Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/estados-brasil.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

parte da construção do próprio movimento estudantil. Ainda, segundo Silva (2017), tudo isso significa dispor possibilidades para ler, interpretar e mudar o mundo, a partir da consciência de sua espacialidade.

A partir dessa premissa, apontamos as ocupações críticas realizadas pelos estudantes, onde os mesmos possuem a partir do movimento de ocupação das Unidades Públicas de Ensino momentos de reflexão acerca da função social da Escola, que além de transmissora de conteúdos cognitivos possui como objetivo a abordagem crítica e a formação de sujeitos capazes de transformar o espaço em que vivem. Essa reflexão de formação de um novo sujeito é construída pelo estudante, buscando, em conjunto, pensar a escola que temos e a escola que queremos.

Essa criticidade apontada pela autora citada, abaliza os estudantes como protagonistas da história do Movimento Estudantil no Estado de Goiás e na construção de novos paradigmas de luta caracterizados pelas ocupações políticas dos Estudantes. No mesmo diapasão, Silva (2017) diz que são esses movimentos de ocupação, ocorridos no Brasil, nos anos de 2015 e 2016, que expressam abertamente o espírito político da juventude do século XXI, que por meio de suas culturas adquirem relevância e significado para a construção histórica das sociedades e a construção de uma nova humanidade.

Segundo os dois autores citados, a juventude possui como excelência, o protagonismo das lutas, devido a sua compreensão da sociedade enquanto ser histórico e social, porém em cada momento histórico, a forma de organização social possui diferenças que são fundamentais ao processo organizacional das lutas estudantis. O Movimento Estudantil é construído a partir de uma diversidade de gênero e etnia, porém todos buscavam a defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade. Esta escola representa uma abordagem inclusiva, que respeite todas as pessoas.

É fundamental construir a história do Movimento Estudantil, compreendendo as diferenças de época. A Frente de Luta aponta momentos fundamentais de luta dos Estudantes no vídeo “Operação 2,80 e a Revolta Popular só aumenta”.

A Frente de Luta” veio de um histórico, de uma jornada de manifestações e a princípio contra o aumento da passagem do transporte público aqui em Goiânia, em 2013, que foi uma jornada longa e que foi muito criminalizada, porém não teve nenhuma prisão a não ser nas próprias manifestações com a ação de P2 ⁵e os infiltrados, que prendiam P2 utilizado pelos estudantes é para designar o Batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás. os estudantes durante os atos. (Estudante Heitor Vilela, 2014, depoimentos)⁶

A criminalização do Movimento representou a tônica de uma cultura de repressão nessa capital, onde à medida em que as mobilizações ganhavam força, a repressão policial aumentava e prisões eram decretadas [...] Durante o ano de 2013 a ascensão do Movimento Frente de Luta foi “Meteórica”; em poucos meses a gente tinha construído um movimento que ia para as ruas e que aglutinava muita gente que pautou a mídia e diversos setores do governo e que obrigou de forma inédita o governo a recuar em sua proposta de aumento das tarifas de transporte público. (Tiago Madureira em depoimento, 2014)⁷

Esse crescimento do Movimento, em 2013, foi fundamental para todas as pautas necessárias para os próximos passos dos estudantes. Em 2014, vários confrontos com as empresas de transporte e com a polícia demonstraram a existência de um Estado com uma cultura altamente militarizada, em que a repressão e a criminalização aos movimentos é a tônica de uma política antidialógica (TAVARES, 2016)⁸. Todo esse movimento, chamado de “Operação 2,80: e a revolta só aumenta”, se iniciou por meio de uma representação do delegado titular da “Draco” - Delegacia de Repressão ao Crime Organizado - para garantir a Ordem Pública.

A autoridade policial construiu uma tese prendendo quatro estudantes como se fosse a grande causa de todas as depredações de ônibus que já havia acontecido em Goiânia, segundo depoimentos no vídeo supracitado. Nele o inquérito do delegado era carregado de subjetividade, e não sendo possível identificar os estudantes, o delegado apontou esses quatro como acusados, sendo, neste momento, detidos três estudantes e um quarto jovem que a polícia estava procurando para incluir entre os acusados, sendo esse beneficiado pelo Salvo Conduto⁹ (*Habeas Corpus*). Esses jovens integram o Movimento Estudantil Popular Revolucionário.

⁶ O Nome do Estudante foi exposto, pois o mesmo encontra-se público no vídeo “Operação 2,80 e a revolta popular só aumenta” encontrado no site: https://www.youtube.com/watch?v=_v3KMzwdmgM. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

⁷ O Nome do estudante foi exposto, pois o mesmo encontra-se público no vídeo “Operação 2,80 e a revolta popular só aumenta” G1 Goiás, com informações da TV. Manifestantes protestam contra prisão de líderes estudantis em Goiânia. 27 de maio de 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/manifestantes-protestam-contra-prisao-de-lideres-estudantis-em-goiania.html>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

⁸ Tavares, 2016 - Vídeo “Operação 2,80 e a revolta popular só aumenta”

⁹ Salvo Conduto Liberdade de participar livremente de reuniões e manifestações pacíficas.

No dia 27 de maio de 2014, um grupo de estudantes realizou novos protestos contra essas prisões e pela agilidade na análise do pedido de soltura. Os Estudantes afirmam que a intenção dessa mobilização era lutar contra a criminalização dos Movimentos Sociais.¹⁰ Apesar da repressão sofrida, o movimento continuou organizado.

Segundo Cunha (*apud* Mandel, 1971, p.19) “todas as funções do aparato do Estado são reduzidas a isso: vigilância e controle da vida da sociedade de acordo com os interesses da classe dominante”. Nessa abordagem, a percepção dos estudantes apontada no vídeo “Operação 2,80: e a revolta popular só aumenta” leva a perceber a manutenção do Estado e de seus interesses e o rompimento do diálogo com o Movimento Estudantil.

Os Movimentos progressistas da cidade se uniram em defesa dos direitos de mobilização dos Estudantes, como: os partidos progressistas, independente de correntes internas, grupos de igreja com pensamento progressista, sindicatos e outros grupos. Todos tiveram um mesmo ideal: o direito de protestar.

A perspectiva de novos atores sociais tem sido uma constante no Estado de Goiás numa conjuntura em que o poder público realiza suas ações sem dialogar com a sociedade civil. Ao fomentar a implantação de Organizações Sociais, em forma de Parceria Público Privada nas Escolas Estaduais, emerge o movimento estudantil como os grandes atores sociais. Ao ocupar as Escolas com o lema “Ocupar, lutar e Resistir, realizam uma ocupação política em que a grande ênfase é: Que escola quero Estudar? Nesta perspectiva, as escolas ocupadas funcionam como oficinas de aprendizagem e organização do espaço escolar.

Esta lógica de ocupação representa uma produção intelectual como ação coletiva e de viés marxista. O Movimento Estudantil tem realizado as mobilizações a partir de princípios que busquem quebrar paradigmas de um modelo de educação globalizada pela lógica do neoliberalismo. Essa luta reivindicatória representa a proposição de um novo modelo de sociedade. A defesa do movimento estudantil se dá pela melhoria da educação pública sem a necessidade de entregá-la ao capital financeiro. Os Estudantes representam nesta luta, os atores enquanto sujeitos criadores de uma nova história. Realizam as ocupações políticas, em que não apenas representam o ensino aprendizagem enquanto espaço escolar, mas apresentam propostas inovadoras enquanto construção de uma sociedade baseada no coletivismo.

¹⁰ Informações disponível no vídeo “Operação 2,80 e a revolta só aumenta” sitio:

<https://www.youtube.com/watch?v=v3KMzwdmgM>. Acesso em: 16 de novembro de 2017.

Ao Constituir como lema das Ocupações, Ocupar, Resistir e Produzir, os estudantes apresentam uma construção de mudança paradigmática da educação em que carrega em seu ponto fundamental uma sociedade construída por meio de ação coletiva e que o público prevaleça em relação ao privado. Carrega-se em seu bojo uma ínfima diferença entre ocupar e invadir. Quando se ocupa, possui uma proposta de transformação de um espaço que é de todos. Ocupação possui um cunho político ideológico dos agentes de ocupação.

Ainda segundo Touraine (2006:136) as lutas sociais promovem, nos agentes, liberdade e busca por respeito à individualidade e coletividade, o que foi percebido claramente nessas ações dos estudantes organizados no Estado do Goiás. Durante as entrevistas com os estudantes, no âmbito da presente pesquisa, percebe-se a construção de um pensamento livre e soberano. Na construção das lutas sociais na formação de novos atores sociais forma-se o papel identitário destes novos agentes dialogando com as propostas de Touraine e Castells (1999:22).

O Movimento Estudantil representa uma solidariedade representativa ao contrapor à privatização da Educação neste Estado. Ao lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade, os estudantes preconizam uma militância social, reafirmam sua identidade individual e social. Surge, no Estado de Goiás, o reflexo das lutas estudantis de outros Estados como São Paulo, Espírito Santo e Paraná, as chamadas “primaveras estudantis”, ofertando à sociedade a contradição com o senso comum, que aponta os jovens como individualistas. Mostra-se nestes movimentos eminentemente juvenis a capacidade teórica e prática de superar a Força do Estado que aparece com poder ideológico e repressor, ao resistirem às retaliações do sofridas durante as ocupações (ALTHUSSER, 1970).

1.2 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E RESISTÊNCIA

A relação entre o público e o privado remete à história da educação no Brasil. Lombardi, Jacomeli e Silva (2005) apresenta-nos que durante o reinado de D. João VI (1767-1826) houve espaço para que a iniciativa privada pudesse atuar na educação de primeiras letras. Naquele período já havia, por meio de um decreto regencial, assinado em 28 de junho de 1821, a abertura de escolas de primeiras letras para as iniciativas privadas.

A concepção da época, representada pelo autor citado, é a constituição de quatro poderes educacionais. O primeiro poder era o Estado, responsável por garantir a educação para todos. Entretanto, por compreender que o erário se fazia insuficiente para universalizar a escola de primeiras letras, ele institui o segundo poder, o ente privado, que possuía o direito de ampliar as vagas da educação. O terceiro poder era a Família que atuava como *ex-generatione*, ou seja, a partir do direito e dever natural. O quarto poder era representado pela Igreja, cuja função era humanizar e cristianizar o estudante, oferecendo-lhe uma formação religiosa e humana (LOMBARDI, JACOMELI e SILVA, 2005).

O Brasil vivia sob a égide de uma concepção liberal da Europa, trazendo a europeização para a América e especificamente para o Brasil. O Estado Liberal, defendido por diversos teóricos europeus, propõe, à exaustão, a sua implantação no continente americano, especialmente no Brasil, em uma relação de dependência do capital privado. Nesse contexto, nascem os pressupostos de uma educação liberal no país, como foi descrito no parágrafo anterior.

Durante todo o período colonial no Brasil, a igreja era de fundamental importância para o império português, exercendo o papel de formar as famílias a partir de princípios religiosos. Em decorrência do seu prestígio diante do império, ela passa a ser responsável pela educação formal, intelectual e religiosa. Obviamente, a igreja era sempre subserviente aos interesses do Estado, porque ela precisava de sua licença para avançar na expansão da cristianização dos brasileiros. O resultado dessa atuação histórica, a religião faz-se presente em diversos setores da sociedade até hoje. No âmbito cultural, por exemplo, temos uma diversidade de festas religiosas que compõem o nosso calendário (RÊSES, 2015).

O Estado e a Igreja permitiam que as próprias famílias realizassem o ensino das primeiras letras, o que demonstra como teve início a atuação do setor privado na educação brasileira, defendida pelo setor conservador liberal da sociedade, desde os tempos coloniais. No século XX, o termo Parceria Público-Privada remete-nos à Lei 9.637/98, sancionada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB), destacando a relação dos setores público e o privado como necessária para a administração pública.

De acordo com a lei (art. 1º), o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde (Brasil, 1998).

As Organizações Sociais representam empresas de caráter privado sem fins lucrativos, porém que possam administrar o patrimônio público. A principal meta constituída por essa parceria é o desempenho e qualidade no atendimento dos serviços destinados à população (Brasil, 1998).

Segundo a concepção neoliberal, a transferência de gestão propõe eficiência no atendimento ao público em uma correlação entre a participação popular e a construção jurídica dos serviços. De acordo com essa lei, o mercado e o Estado coordenam a vida econômica, o primeiro por meio da regulação das trocas, o segundo agindo onde o mercado não logra remunerar adequadamente os serviços, ou seja, como elemento auxiliar. Nesta perspectiva, as crises possuem dois polos, ou o Estado é inoperante ou constitui-se pela falta de funcionamento do mercado.

Embora a constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, incisos I a VII, apresente a educação pública, gratuita e de qualidade como um direito subjetivo, a Emenda Constitucional 19/1998 assegura ao Estado o direito de constituir outras empresas para gerenciar o serviço público na forma de Organizações Sociais (Brasil, 1998b).

Montaño (2008) apresenta a ordem capitalista neoliberal como o paradoxo entre o público e o privado. Em sua concepção, o público representa a construção de aspectos baseados na coletividade, enquanto o privado representa o individualismo. Esses posicionamentos fundantes representam a construção pedagógica, enquanto política educacional. Para o referido autor, esta é a contradição entre o público e o privado: o público representa a socialização da produção e o setor privado representa a apropriação individual de seu produto.

De acordo com essa concepção de Montaño (2008), a contradição apresentada entre a esfera pública e a privada não representa uma proposta momentânea ou singular, mas a estrutura representativa da burguesia. Não é uma construção neutra de vinculações políticas e ideológicas, mas uma proposta fundada em argumentação convincente, baseada na defesa dessa classe social.

A produção nas mãos do capitalista representa a exploração da força de trabalho, por meio da apropriação privada dos meios de produção. Segundo a perspectiva neoliberal, a parceria pública privada está sob a égide da sociedade capitalista, possuindo em seu bojo a contradição entre o público e o privado, em que a liberdade proposta pelo

liberalismo representa a liberdade burguesa, a qual numa relação com a educação aponta-se para a construção de práticas antissociais e excludentes (Montaño, 2008).

Montaño (2008) apresenta como contradição a parceria público privada, sendo que a educação pública é referendada como educação para todos, enquanto a educação privada representa nuances do capitalismo com princípios do individualismo. A entrada das Organizações Sociais nas escolas deixa de representar uma educação para todos e passa a orientar-se por princípios mercadológicos, pautados na meritocracia e na competição. Nesse contexto, o movimento estudantil busca o rompimento com a concepção mercadológica/individualista da educação, sendo necessário defender uma proposta educacional inclusiva em que todas as pessoas tenham acesso com igualdade de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Em diversos momentos da história do movimento estudantil, encontramos a realização da práxis transformadora, como a luta pela democracia durante o período militar, a luta pela redemocratização do Estado, o Movimento pelo Passe Livre e diversas lutas contra as privatizações de governos neoliberais. Na atualidade, podemos citar as diversas ocupações em espaços públicos, como rodovias e escolas.

No Estado de Goiás, com a política privatista do governador Marconi Perillo (PSDB-GO)¹¹, o movimento estudantil Secundaristas em Luta ocupou diversas escolas e a Secretaria de Educação de Goiás (SEDUCE). O Movimento reivindicava que o governador retirasse da pauta as privatizações das escolas públicas desse Estado. No contrato de gestão, o Estado transfere os recursos para as empresas que estariam aptas para gerir as escolas. Toda forma de relação com as empresas contratadas seria numa perspectiva de privatização, sendo os novos servidores contratados por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), rompendo com os concursos públicos.

Os estudantes ocuparam trinta e duas unidades públicas de educação no período de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016. A ocupação ocorreu por meio de acampamento nessas unidades escolares e na SEDUCE, e realizaram oficinas de arte, pinturas, música e outras atividades. Além disso, diversos professores, apoiadores do movimento, ofertavam estudos integrados para preparar os estudantes do Ensino Médio para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).¹² Houve preocupação com a preservação do

¹¹ Governador atual no seu quarto mandato no Estado: a) 1999-2002; b) 2003-2006; c) 2011-2014 e d) 2015-2018)

¹² Criado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Ele é utilizado como

patrimônio público nas escolas ocupadas, como por exemplo, na execução de pinturas em paredes danificadas que precisavam de reparos, construção de hortas comunitárias e capina.

Nas entrevistas realizadas, diversos estudantes apontaram que o princípio fundamental das ocupações era o rompimento com a ação mercadológica do Estado de Goiás e a defesa da escola pública. Alguns estudantes apresentaram que escola administrada por Organizações Sociais teria princípio empresarial com relações mercantis e não haveria igualdade de condições para acesso e permanência dos estudantes nas unidades escolares. Essa escola seria excludente, pois o mercado consiste na exclusão social.

Diversos outros estudantes se posicionaram, apresentando o caminho da educação como mercadoria com a introdução da gestão por Organizações Sociais, neste sentido a defesa do movimento estudantil foi pela educação pública, gratuita e de qualidade.

Segundo Mesquita (2003), não existe apenas um movimento estudantil, mas vários, devido à pluralidade de ações e concepções de luta, levando estes a se inter-relacionarem e se inter cruzarem. Essa pluralidade apontada por Marcos Mesquita pode ser percebida na prática durante o acampamento dos estudantes em Goiânia/Goiás. A diversidade e pluralidade de grupos que estavam envolvidos com o mesmo objetivo de contrapor as ações neoliberais do governador do Estado de Goiás no processo de contrato de Gestão referenda esse novo paradigma de luta estudantil.

Essa ação tem forte vínculo com a chamada Jornada de junho de 2013 ou “primavera brasileira”, em que um grande movimento de jovens ocupou as ruas no Estado de São Paulo, inicialmente, contra o reajuste das passagens do transporte coletivo pelo Movimento Passe Livre (MPL). A mobilização sofreu dura repressão da polícia militar do Estado, comandada pelo Governador São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB-SP). O grupo cresceu e ganhou proporção inacreditável em outros Estados. O foco foi ampliado para além do reajuste de 0,20 centavos na tarifa de ônibus e passou a incluir uma pauta extensa e a agenda da problemática urbana. Uma das questões levantadas foi a realização dos megaeventos, a exemplo da Copa do Mundo de Futebol de 2014, e a consequente higienização e limpeza social, com a expulsão de comunidades inteiras para regiões periféricas.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

O Movimento Passe Livre (MPL) surge de uma bandeira específica ligada à precariedade do transporte coletivo, a partir disso se politiza e se envolve com outras reivindicações, chegando à crítica da sociedade capitalista e propriedade privada para assumir uma “identidade libertária” e a convivência com diversas lutas contrárias às opressões (racial, gênero, orientação sexual) e defesa da mídia independente e software livre (Lima, 2015).

1.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

O movimento estudantil em Goiás ganhou força a partir da luta nacional encampada pelos estudantes pelo reajuste das tarifas de ônibus e a implementação do Passe Livre Estudantil. Assim como em São Paulo e outros Estados brasileiros, no Estado de Goiás, em meados de 2013, centenas de estudantes secundaristas e universitários ocuparam o coreto e os espaços da Praça Cívica, em Goiânia, com o Movimento Nacional pelo Reajuste das tarifas.

No ano seguinte, Goiânia voltou a se tornar palco de inúmeras manifestações em protesto à Copa da FIFA. O governo de Marconi Perillo (PSDB-GO) combateu com repressão as ações estudantis com uso de violência policial, o que chamou de “restabelecimento” da ordem.

O governo de Marconi Perillo tentou terceirizar o ensino estadual com as Organizações Sociais na educação (OSs), em 2015. A medida já havia sido tomada na saúde pública anos antes, tendo vários hospitais da rede estadual administradas pelas Organizações Sociais. Houve implantação de gestão por Organizações Sociais no Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO). Na educação, o governo, por meio da SEDUCE (Secretaria de Educação do Estado de Goiás), encaminhou chamamento de abertura de edital para concorrência de OSs para administrarem a educação estadual.

A medida gerou protestos e culminou em centenas de atos promovidos por secundaristas, professores e pais, contrários a decisão e exigindo a imediata suspensão

do chamamento e do edital. O movimento tomou força e o Ministério Público do Estado de Goiás, por meio de seu representante, promotor Fernando Krebs, pediu a suspensão da medida.

A implementação das OSs representa a precarização do ensino e atende à ótica capitalista do lucro e da exploração dualista do ensino, atendendo ao mercado e as políticas neoliberais.

Os manifestantes, em Goiânia, iniciaram uma série de ocupações em dezenas de escolas por todo o Estado. Dentre elas, destaca-se o Colégio Estadual Robinho Martins de Azevedo no Setor Jardim Nova Esperança. Os jovens ocuparam as ruas e promoveram protestos, sendo novamente reprimidos com abuso de força policial e extrema violência. As ocupações às escolas estaduais se estenderam para outras cidades goianas. Foram 11 na capital, 9 em Anápolis, além de Cidade de Goiás, Aparecida e São Luís de Montes Claros.

A concepção marxista da luta de classes referenda a práxis socializante do Movimento Estudantil em uma construção pedagógica de organização sociopolítica e educativa, buscando a relação dialógica e dialética com toda a sociedade. É dialógica porque toda a sua organização representa uma abordagem de interesse em participar das ações políticas e pedagógicas da Unidade Escolar. O Movimento Estudantil iniciou as ocupações em dezembro de 2015, resistindo até fevereiro de 2016, vindo a atingir seu auge de ocupação em 32 Unidades de Ensino do estado de Goiás, como já dissemos.

Durante os acampamentos realizados nas unidades escolares e Secretaria de Educação de Goiás (SEDUCE) aconteciam oficinas de arte, pinturas, músicas e outras atividades para o desenvolvimento integral dos secundaristas. Além disso, diversos professores apoiadores do movimento ofertavam estudos integrados para preparar os estudantes do Ensino Médio para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nas escolas ocupadas os estudantes faziam pinturas com o objetivo de conservar a escola, cultivavam hortas, além de promoverem oficinas de músicas e outras atividades, de acordo com o interesse de cada unidade ocupada.

Durante as entrevistas realizadas com os estudantes percebemos que eles pensam em uma escola em que se respeite, na integralidade, a pluralidade de concepções sociais. Todos devem ter espaço na escola pública. Essa é uma concepção marxista, sendo que a busca da historicidade reflete o pensamento e, por consequência, as ações. O movimento secundarista apresenta a relação dialógica quando em suas perspectivas de organização

apresenta uma abordagem propositiva. A educação pública, gratuita e de qualidade é uma prerrogativa constitucional. Deve-se construir, pois, uma proposta de educação que aborde a participação dos sujeitos na sociedade. Nessa abordagem, o estudante propõe

uma escola com ampla participação social, sem participação das Organizações Sociais, mas com construção dialógica entre estudantes e gestão.

O Movimento Estudantil lutou em defesa das diversas demandas sociais no Estado de Goiás, trazendo em 2015, uma nova pauta de reivindicação, a luta contra a política privatista do governador Marconi Perillo (PSDB), que levou o Movimento Secundaristas em Luta a desencadear uma série de ocupações de unidades públicas de Ensino nas diversas cidades do Estado e na Secretaria de Estado, Cultura e Desporto (SEDUCE). Isso traz à tona a história desse Movimento como processo organizacional das lutas contra as Organizações Sociais. Essas Organizações Sociais são empresas constituídas como parceria Público Privada, sob o aval do Estado, o qual celebra um Contrato de Gestão, ou seja, as Unidades Públicas de Ensino seriam administradas pelo setor privado.

O contrato de gestão representa uma lógica contrária à posição do Movimento Estudantil. Essa foi a principal motivação das Ocupações dos Estudantes nas Unidades de Ensino do Estado Goiás, uma resposta contrária à política neoliberal do Governador Marconi Perillo (PSDB), que buscava transferir as escolas para a gestão de empresas privadas. O movimento estudantil, por causa da defesa da educação pública, organizou-se em diversas atividades nesse Estado.

Para Marx, a práxis é a ação transformadora consciente (Marx *apud* Mascarenhas, 2014). É enquanto práxis que vemos a ação dos estudantes que se organizaram contra a prática de aplicação de um contrato de gestão apresentado pelo Governador Marconi Perillo (PSDB). O movimento foi caracterizado pela resistência de grupos de estudantes que impediam o funcionamento de algumas escolas. A citada manifestação estendeu-se até fevereiro de 2016 e, com certeza, já faz parte da história da educação brasileira como sendo um movimento de embate contra a tentativa de privatização da educação no Brasil.

Os atores do Movimento Estudantil representam diversos outros movimentos. Há nele, militantes do Movimento Negro, Feminista e estudantes que lutam pela defesa e democratização do ensino. Nesse sentido, Rêses (2014) explica que a concepção de ciência em Marx parte da ideia hegeliana de que o desenvolvimento social resulta de um processo contínuo de conscientização acerca daquilo que somos, num movimento de tornar-se o que já é.

Os estudantes refletiram sobre a concepção de uma educação mercadológica e empreenderam ações educativas voltadas para os princípios de mercado, reagindo na

defesa de uma educação pública e de qualidade. Nessa perspectiva, observa-se a importância da experiência dos estudantes antes e durante as ocupações, sendo essas de

caráter totalmente pedagógico e levando a uma constante reflexão da escola que temos e a escola que queremos. Segundo Souza (2009), a experiência refere-se a uma importante matéria prima para a construção de abordagem teórica. A partir da intelectualidade construída pela experiência, torna-se necessário a transformação dessa sociedade, tendo em vista as peculiaridades individuais e coletivas.

As ocupações tiveram início em dezembro de 2015, momento em que os estudantes ocuparam diversas escolas chegando a um número de trinta e duas unidades públicas ocupadas. Inicialmente, foram 27 unidades ocupadas, entre elas o Colégio Lyceu em Goiânia, sendo um dos mais tradicionais colégios do Estado de Goiás, localizado no Centro de Goiânia. O grande mote das ocupações foi a aplicação de um Contrato de Gestão, via Organizações Sociais. Com o lançamento do edital de chamada pública para o leilão das empresas para administrar as escolas, o movimento secundarista em luta se mobilizou, e, segundo os estudantes, esse edital não possuía consulta pública para definir as regras dos contratos ou se a sociedade goiana teria interesse em participar da nova forma de gestão do governador. O rompimento com a ação mercadológica das privatizações e a defesa da escola pública representou a luta do movimento estudantil. Edital: incluir as informações. No mesmo diapasão, com a estrutura de mercado, as ocupações representaram ocupações políticas, isto é, ocupações com atividades diversas, como artes, horta, estudos coletivos e outras ações construídas a partir da necessidade da comunidade escolar.

O movimento Secundaristas em Luta apresenta a relação dialógica quando em sua perspectiva de organização está a afirmativa de uma ação propositiva com participação social, sendo os estudantes protagonistas na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. O estudante que não se adequar à lógica mercadológica de competição em determinada Unidade de Ensino será transferido para outra Unidade. Nessa concepção, a educação torna-se uma construção empresarial, e não social.

Na contramão da pesquisa positivista, a compreensão da experiência dos estudantes como ponto de partida e construção fundamental da análise empírica reflete a base científica que esta pesquisa se propõe. Segundo Souza (2009, p.18) “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento, sem crítica e reflexão ideológica de um campo social”. Nessa premissa pode-se aferir que as reflexões acerca da sociedade levam à luta social.

No dia 17 de setembro de 2016, alguns meses após as ocupações relatadas, os estudantes ocupam novamente algumas escolas em Goiânia, como é o caso da Escola Estadual José Carlos de Almeida, na qual a Polícia Militar entra e prende cerca de 50 estudantes.

1.4 MOVIMENTO ESTUDANTIL E O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

(Marx, 2008 *apud* Paludo e Vitória, 2014).

Segundo o pensamento do materialismo histórico dialético, a construção da consciência se dá por meio da mudança, do movimento e das relações que se pontuam nas lutas sociais. Marx parte do pensamento/conhecimento concreto, das relações já existentes, para a proposta de uma nova maneira de conceber o já existente. A totalidade representa para Marx, a construção histórica das lutas sociais. O Movimento Estudantil nasce a partir de diversas lutas anteriores que culminaram na construção de uma nova fase, a mobilização em torno das ocupações contra as Organizações Sociais.

A concepção teórico-metodológica de Marx parte de três categorias: Totalidade, Contradição e Mediação. Totalidade é diferente do “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Trata-se de totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída de totalidade de menor complexidade (Síntese de múltiplas determinações). A realidade é concreta exatamente por isso, por ser “a síntese de muitas determinações”, “a unidade do diverso” que é própria de toda totalidade (RÊSES, 2014. P. 155).

Ao analisar o Materialismo Histórico Dialético, a partir da construção de uma pesquisa social sobre o Movimento Estudantil, partimos da prática dos estudantes. A essa prática chamamos de práxis, sendo assim possível chegar-se a uma investigação mais precisa. Nessa concepção trazemos a importância das categorias de Marx, como aponta Rêses (2014).

Esse autor aponta a totalidade como categoria concreta e macroscópica. Ela não representa a fragmentação, mas o todo enquanto unidade. A luta estudantil não nasce a partir do nada. Nasce a partir das relações sociais que fazem se perceber que o mundo está caminhando rumo à privatização dos serviços públicos, o que interfere nas relações de trabalho,

bem como nas aplicações dos serviços à sociedade. Também nasce como construção de uma luta estudantil a percepção da história do movimento estudantil, desde a luta pela democratização do ensino público até os dias de hoje. Em um primeiro momento, os estudantes deixam a marca nas lutas pela escola pública, construindo, assim, uma trajetória de conquistas e avanços desse movimento.

No Estado de Goiás, durante a mobilização dos Estudantes e o ato de compartilhar problemas e desafios, um grupo de alunos se organizou para apresentar à sociedade uma alternativa de Escola, sem interferência do capital privado. Ela deve ser construída todos os dias pelos atores que compõem o espaço escolar. Assim, a ocupação representa um ato político com o princípio de ocupar, resistir e produzir. Durante a resistência ao poderio militar do Governo do Estado de Goiás, os Estudantes produziram arte e cultura no interior das unidades ocupadas, explicitando as características dos NMS (Novos Movimentos Sociais), que compreenderam a importância das lutas históricas do Movimento Estudantil pela Democratização do Brasil, porém acrescentando novos anseios, tais como: uma educação que respeite as diferenças de raça, religião, opção política e gênero.

Esses Movimentos Juvenis, buscam construir as lutas de diversas formas. Na organização dos espaços culturais e melhorias do espaço interno das unidades escolares representam novas formas de posicionamento desses atores sociais. O Movimento Social ligado

à juventude apresenta uma concepção de luta que leva em consideração a pluralidade de gênero, etnia, religião, trazendo à escola o fortalecimento da inclusão social.

Segundo Mesquita (2003, p.4), “não existe apenas um movimento estudantil, mas vários, devido a pluralidade de ações e concepções de luta levando estes a se inter-relacionarem e se intercruzarem”. Essa pluralidade apontada pelo autor pode ser percebida na prática durante o acampamento dos estudantes em Goiânia. A diversidade e pluralidade de grupos que estavam envolvidos com o mesmo objetivo de contrapor as ações neoliberais do governador do Estado de Goiás no processo de contrato de Gestão, referenda esse novo paradigma de luta estudantil.

A transformação da sociedade deve ser compreendida na (re) afirmação dos seres humanos enquanto sujeitos históricos que, como tais, tem na sua ação no mundo a busca pela destituição de toda cultura de dominação que negue essa sua condição. (COSTA; FONSECA, 2015, p. 219).

Os estudantes organizados conquistaram em sua história a reafirmação enquanto sujeitos transformadores da realidade social ao romperem com toda estrutura burguesa que busca no processo de privatização do Estado sua política teórico-prática marcada por diversas formas de

opressão social, como precarização do trabalho docente, educação mercadológica no lugar da formação de seres críticos e reflexivos. O processo organizacional dos estudantes representa a resistência a toda forma de opressão na relação capital – trabalho.

Segundo Paludo e Vitória (2014), entre os pressupostos de Marx e Engels para análise da realidade social, destaca-se a concepção de ser humano que concebe o mesmo como sujeito de sua própria história pessoal e coletiva. A raiz da história do homem é o próprio homem, sendo esse construtor de suas lutas. Nessa premissa, destacamos o Movimento Estudantil como sujeito ativo do processo de transformação da sociedade. Ainda segundo o mesmo autor, Marx considera a realidade social como “práxis humana” da ação concreta. Na mesma lógica os autores apontam que para Marx e Engels todos os fenômenos são produtos da ação humana e, portanto, podem ser transformados. Esse princípio marxista leva à compreensão de que em diversos momentos da história do movimento estudantil encontramos a realização da práxis transformadora, como a luta pela democracia durante o período militar, o movimento pelo Passe Livre no Estado de Goiás de 2011 a 2013, a luta pela redemocratização do Estado e diversas lutas contra as privatizações promovidas por governos neoliberais.

A práxis, que para Marx significou transformar a essência interior do homem em realidade, manifesta-se de forma concreta pela ação consciente, pela percepção de que o real é uma construção humana e que, conseqüentemente pode ser modificado pelo direcionamento de atitudes não alienadas. É a tomada de consciência do ser como sujeito de sua história.

Em a ideologia Alemã, o Materialismo Histórico Dialético é, de acordo com os autores, o fio condutor de todos os estudos subsequentes. Marx e Engels revolucionaram a maneira de interpretar a ação dos seres humanos na história, abrindo ao conhecimento uma nova ciência e aos seres humanos uma nova visão filosófica e histórica do mundo (PALUDO e VITÓRIA, 2014, p. 105).

Nessa concepção, compreendemos o Movimento Estudantil como uma construção histórica e não como um momento fragmentado de ocupações de estudantes. Pelo contrário, sua história demonstra um fazer constante na luta por serviços públicos de qualidade.

Na atualidade, podemos citar as diversas ocupações em espaços públicos, como rodovias e escolas. Para Rêses e Duarte (2017), no Estado de Goiás, com a política privatista do governador Marconi Perillo (PSDB-GO), o movimento estudantil Secundaristas em Luta pôde exercer essa

práxis no momento em que ocupou diversas escolas e a Secretaria de Educação de Goiás (Seduce). O Movimento reivindicava que o governador retirasse da pauta, as

privatizações das escolas públicas daquele Estado. No contrato de gestão, o Estado transfere os recursos para as empresas que estariam aptas para gerir as escolas. Toda forma de relação com as empresas contratadas seria numa perspectiva de privatização, sendo que os novos servidores seriam contratados por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), rompendo com os concursos públicos.

Nas entrevistas realizadas, diversos estudantes apontaram que o princípio fundamental das ocupações era o rompimento com a ação mercadológica do Estado de Goiás e a defesa da escola pública. Alguns estudantes apresentaram que escola administrada por OS (Organizações Sociais) teria princípio de organização de uma empresa com relações mercantis e não haveria igualdade de condições para acesso e permanência dos estudantes nas unidades escolares. Segundo depoimento dos estudantes, essa escola seria excludente, pois o mercado consiste na exclusão social.

Dessa forma, o citado Movimento Estudantil, objeto de pesquisa, não representa um campo de pesquisa neutro, mas uma perspectiva histórica, construída a partir da socialização de cada indivíduo, representando uma totalidade nas relações sociais. Pode-se dizer que o Estado, no Capitalismo, constitui-se como um Estado de Classe com interesses e funções definidos como instrumento facilitador do Capital, pelo critério do cidadão proprietário. (PALUDO e VITÓRIA, 2014, p. 112).

Ao organizarem-se contra essa política de Estado Capitalista com critérios voltados para o setor privado, como o Contrato de Gestão, os Estudantes exercem o papel da contradição, lutando constantemente contra a ação neoliberal do Estado em sua política privatista, a qual visa privatizar, por consequência, a mão de obra em suas relações trabalhistas.

O Materialismo Histórico Dialético procura resgatar os processos históricos do debate acerca das lutas do Movimento Estudantil a partir de suas contradições e historicidade. Segundo Rêses (2014), Marx não se preocupou em elaborar uma lógica, mas apreender uma lógica determinada, entendida como dinâmica, como movimento, como estrutura movente de um objeto determinado.

Nessa concepção, o Movimento Estudantil representa essa dinâmica pensada por Marx, quem, ainda segundo Rêses (2014), colocou a obra *O Capital* a serviço dos trabalhadores e da Revolução Socialista. O Movimento Estudantil no Estado de Goiás representa a pluralidade de concepções ideológicas, porém, unidas em defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade.

Busca-se compreender nessa abordagem a práxis dos estudantes enquanto agentes transformadores da sociedade. Para o alcance da citada análise faz-se *mister* a percepção do

quanto o Materialismo Histórico Dialético é percebido como pedra fundamental na sustentação teórica das ações desenvolvidas pelo objeto de estudo, o movimento estudantil.

Segundo Húngaro (2014), há dois vieses de pensamento na modernidade: um instrumental e outro revolucionário. Marx é indiscutivelmente herdeiro de um viés revolucionário, portanto emancipador. Nessa concepção marxista compreende-se o viés revolucionário como a construção da emancipação humana. A abordagem emancipadora representa a epistemologia do Materialismo Histórico-Dialético. Ainda segundo Húngaro (2014), a nova constituição da obra de Marx revela a nova teoria social, na qual o autor aponta a crítica da Economia Política. Marx é um estudioso da Economia Política, porém representando uma abordagem diferente da abordagem clássica: “a concepção de ciência em Marx parte da ideia hegeliana de que o desenvolvimento social resulta de um processo contínuo de conscientização acerca daquilo que somos num movimento de tornar-se o que já é” (RÊSES, 2014, p. 154).

Nessa abordagem construída por Rêses (2014), percebe-se que o movimento estudantil representa a luta dos estudantes por um espaço que pertence à sociedade, sendo que a educação escolar como espaço público deve garantir às pessoas, direitos democráticos ao processo educacional, respeitando as diferenças de raça, credo e orientação sexual.

O Materialismo Histórico Dialético busca uma superação do pensamento idealista de Hegel, no qual, segundo o próprio Marx, aponta como necessidade transformar a realidade. “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. (MARX, 2009, p. 535). Nessa concepção o Movimento Estudantil Secundaristas em Luta, ocupou as Escolas do Estado de Goiás na luta contra as Organizações Sociais, sendo seus estudantes sujeitos capazes de realizar as transformações sociais.

Materialismo Histórico Dialético é uma epistemologia de cunho metodológico e filosófico, que possui como princípio norteador a construção de uma sociedade justa e fraterna. A abordagem do Materialismo Histórico-Dialético, como construção transformadora da realidade empírica do sujeito, traz como concepção histórica e filosófica que toda transformação social é promovida pela ação consciente da sociedade.

O eixo motor do materialismo Histórico-dialético marxiano tem como princípio a questão da realidade que não se constitui a partir da esfera do pensamento. A realidade existe por si só. A esfera do pensamento se constitui a partir das condições materiais de existência. (MASCARENHAS, 2014, p.79)

Assim, busca-se conceber essa abordagem filosófica como concepção de uma realidade que é constituída a partir da materialidade, enquanto realidade concreta. Desse

modo, segundo o pensamento marxista, o ponto de partida é a realidade concreta para construir a transformação social, sendo os agentes sociais, sujeitos que provocam a ação. No Materialismo trazemos as concepções de realidade existente na matéria em contraposição ao não existente. A matéria é aquilo que existe enquanto realidade concreta capaz de transformar a sociedade em novas realidades. Em contraposição ao idealismo de Hegel, o materialismo surge da luta das ciências contra as formas primitivas de conhecimento e contra o desvirtuamento da verdade pelos grupos dominantes com o propósito de reproduzir a sociedade burguesa.

Segundo Mascarenhas (2014) o Materialismo é histórico e dialético, pois é processual e construído pela história dos agentes sociais. Nessa concepção, a referida autora aponta a fundamentação essencial da filosofia marxiana de transformação social, trazendo como princípio fundamental a práxis transformadora. Marx rompe com o pensamento hegeliano ao apontar a transformação fundamental da filosofia que, além de interpretar o mundo, possui como fundamentação teórico-filosófica a transformação da realidade. O idealismo de Hegel representa a manutenção da sociedade burguesa, e o Materialismo busca construir uma sociedade a partir das mudanças sociais. No Materialismo, precisamos compreender a concepção de Matéria. Essa representa aquilo que existe na realidade exterior ao pensamento, aquilo que é concreto e apresenta-se aos nossos sentidos. O materialismo é a concepção filosófica que trata o ser, a realidade material, como o elemento que determina o nosso pensamento, as nossas ideias e a nossa vida. Para o materialista, as respostas para os fenômenos físicos e sociais estão contidas nesses mesmos fenômenos. As ideias e concepções que a nossa mente projeta sobre o mundo estão determinadas pela existência não do pensamento, mas pela existência material dos objetos à nossa volta, e esses incidem sobre nós quando nos relacionamos com eles. Nessa abordagem, percebe-se que não são as ideias que movem a pesquisa, mas ela é construída a partir da historicidade já que a sociedade e a política não surgem da ação da natureza, mas da ação concreta dos seres humanos no tempo. Na mesma linha, percebe-se que a pesquisa construída pelo Materialismo Histórico Dialético referenda as lutas sociais numa vertente de Luta de Classes.

A concepção de pesquisa social baseada no Materialismo Histórico Dialético contrapõe pensamentos Metafísicos¹³, nos quais a pesquisa representa a lógica a-histórica. No Materialismo, a lógica é construída pela história do sujeito pesquisado, uma vez que

¹³Pensamento Metafísico- Além do mundo concreto, real. Além da física.

diante da concepção dialética, o mundo está em constante transformação, não sendo estático ou acabado como pensava a concepção empirista. Nessa perspectiva, aponta Vieira (2014, p.2) que “a abordagem crítico-dialética reconhece a ciência como produto da história, da ação do próprio homem, que está inserido nos movimentos de formações sociais”. Nessa abordagem, encara-se a ciência como produto da dialética entre o pesquisador e o pesquisado, numa construção histórica dos seres envolvidos na pesquisa. A ação do homem representa a construção do conhecimento e da ação dos sujeitos/objetos da pesquisa.

Para análise do método aplicado, precisamos abordar a partir de Souza (2014) três grandes abordagens que se diferenciam: empírico-analítica, fenomenológico-hermenêutico e crítico-dialético. A primeira abordagem segue os princípios válidos para as ciências físicas e naturais, com uma concepção de ciência relacionada à explicação pelo procedimento experimental. Segundo o mesmo autor, o objeto é estático, já existente e o pesquisador não possui nenhum envolvimento com o objeto. A abordagem fenomenológico-hermenêutico envolve a interpretação de fenômenos, apresentando uma visão idealista de mundo, e a abordagem crítico-dialética reconhece a ciência como produto da história, da ação do homem que está inserido no movimento das formações sociais. Essa proposta crítica dialética é construída a partir das relações entre pesquisador e pesquisado numa relação dialética. No mesmo diapasão, a proposta crítico-dialética procura constituir a cientificidade da realidade, ou seja, a ciência possui como meta a transformação social. Souza (2014) aponta que nessa abordagem metodológica o pesquisador se aproxima do sujeito da pesquisa e afasta numa relação cíclica em que a relação de pesquisa parte do particular para o todo e do todo para o particular. Numa abordagem metodológica, o método materialista possui, segundo Vieira (2014), o movimento do pensamento por meio da materialidade histórica da vida dos homens nas relações sociais que eles contraem.

CAPÍTULO 2

RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À IMPLANTAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

2.1- CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo os estudantes, a força policial no Estado de Goiás provocou durante as manifestações estudantis diversas prisões de forma truculenta, levando os secundaristas a produzir um vídeo com o título: (R)EXISTIR. Nele, os estudantes apresentam uma concepção de produção dos espaços por meio da arte e cultura. Os mesmos apontam falas como: “a gente tá produzindo arte. A gente tá produzindo cultura. Todo tempo que a gente fica aqui (nas ocupações) produzimos oficinas com arte, dança, teatro e várias outras coisas”. Nessa mesma concepção, os estudantes abordam de forma poética:

Se fosse o caso, se fosse pra te deixar pasmo, se não houvesse diálogo, nem assim daria o direito de bater em estudante que está lutando por educação, que diz não à sua repressão e não está aqui por diversão, deixando em casa pai, mãe e irmão porque acredita que os seus gritos mudarão o futuro de toda uma nação. A sua ditadura camuflada, sua polícia militar toda fardada com as armas engatilhadas não nos impõe medo e voltamos a afirmar. Não tem arrego.¹⁴

Essa poesia encenada por dois estudantes secundaristas nas redes sociais representa a tenacidade das lutas do movimento e a repressão policial contida por meio das aparelhagens repressoras da polícia militar. Esses estudantes possuem predisposição para o enfrentamento militante à repressão do Governador do Estado de Goiás. Em uma poesia de repúdio contra a política desse, os estudantes apresentam sua resistência à ditadura camuflada, como aponta uma estudante secundarista (informação verbal).

Segundo o jornal, diário do Centro do Mundo (DCM), de 19 de fevereiro de 2016, os alunos do Estado de Goiás foram submetidos a uma Pedagogia do “prende e arrebenta”

(DONATO, 2016). Essa matéria compara o movimento Estudantil de São Paulo e as lutas organizadas pelos Estudantes do Estado de Goiás. Ambas possuem reivindicações afins,

¹⁴Facebook dos Secundaristas em Luta. Acesso em 16/ 01/16.

com poucas diferenças. No mesmo momento em que os Estudantes de São Paulo construíam as lutas em defesa da educação contra as políticas do governador de São Paulo, no Estado de Goiás a efervescência do movimento estava em plena construção.

Em Goiás, a revolta era (é) contra a iniciativa do governador Marconi Perillo (PSDB) de transferir a gestão das escolas estaduais para as famigeradas OSs (Organizações Sociais), um evidente primeiro passo na direção da privatização do ensino público. (DONATO, 2016, DCM)

O levante estudantil ganhou força na capital goiana, levando a polícia a diversas invasões às ocupações do Movimento Estudantil, a partir das quais se realizava retiradas dos estudantes à força e de forma violenta. Conta o jornal DCM, que a polícia de Marconi Perillo atacou violentamente as escolas, batendo em diversos estudantes, sendo alguns deles menores de idade. Ainda segundo esse jornal, no dia 25 de janeiro, os ocupantes da escola Ismael de Jesus da Silva foram agredidos e tirados à força por homens desconhecidos e no dia seguinte a Escola Robinho Martins de Azevedo foi atacada por homens encapuzados com toca ninja e armados com pedaços de pau.

Apesar da violência policial, o Movimento Estudantil organizou-se em diversos Estados brasileiros, como São Paulo, Salvador e outros. As manifestações, em 2013, iniciaram com um pequeno grupo de militantes contra o reajuste das passagens, o qual foi duramente reprimido pela polícia de São Paulo. Contrariamente ao planejamento do Governador Geraldo Alckmin (PSDB), a repressão militar afastaria qualquer mobilização por parte dos estudantes. Entretanto, esse pequeno grupo cresceu e tomou grandes proporções em toda cidade. A luta deixou de ser apenas pelo aumento das passagens e ganhou destaque para todos os serviços públicos. A decisão do Governador de manter a polícia reprimindo os estudantes com diversas prisões aumentou a adesão estudantil à causa e à luta por uma sociedade mais justa.

Essas mobilizações espalharam-se por todas as capitais brasileiras, sendo muito forte na cidade de São Paulo, porém no Estado de Goiás ocorreram de forma atenuante no mesmo período. Os estudantes em todas as capitais brasileiras buscavam pelos direitos aos serviços públicos de qualidade. O Passe Livre foi a construção de um momento importante e que as lutas não se resumiam no transporte gratuito, mas em qualidade nos serviços públicos e em uma cidade com qualidade de vida para toda a população. As mobilizações que estão

acontecendo desde a jornada de junho de 2013, passando pelas ocupações de unidades escolares por todo País, principalmente no Estado de Goiás, proporcionam uma

análise crítica de que a população procura melhores serviços públicos e tenta romper com qualquer forma de privatização.

O Movimento Passe Livre (MPL) representa na História contemporânea do Brasil um Movimento Político e organizado na defesa de transporte público de qualidade e gratuito para o estudante. Aos poucos, esse Movimento foi aglutinando outros setores da sociedade na luta não apenas pelo transporte, mas por outras causas, entre as quais uma educação de qualidade, construindo uma crítica às desigualdades e promovendo o bem-estar de todos.

Nessa conjuntura, o MPL é um sujeito político que se soma a outros, como a luta pela educação, saúde, moradia, terra e outras defesas sociais. A Jornada de junho de 2013, grande movimento de jovens que ocupou as ruas no estado de Goiás, São Paulo, Nessa conjuntura, o MPL é um sujeito político que se soma a outros, como a luta pela educação, saúde, moradia, terra e outras defesas sociais. A Jornada de junho de 2013, grande movimento de jovens que ocupou as ruas no estado de Goiás, São Paulo, Salvador e ainda realizou em outros estados diversas reflexões pouco pensadas antes, como a construção de grandes monumentos (Elefantes Brancos) e a expulsão de comunidades inteiras para as periferias com o objetivo de realização da Copa do Mundo no ano de 2014.

Como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracões, os muros “pixados” com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. (Cidades Rebeldes, 2013, p. 11).

No mesmo diapasão, percebemos que a revolta digna da sociedade goiana segue o mesmo princípio de outros estados, em que se busca romper com a lógica de mercado e pensar em uma cidade com direito de ir e vir, onde o Passe Livre representa essa proposta de uma cidade para todos e não apenas para uma pequena parcela da burguesia.

Deparamo-nos com a concepção de organização entre os movimentos durante a jornada de junho e os movimentos estudantis na atualidade. Ao ocupar as ruas, durante a jornada de junho, o movimento estudantil representou a voz da sociedade que luta pela correta aplicação do dinheiro público, trazendo consigo a ideia de auto representação, não aceitando participação de entidades que tenham como princípio a defesa do Estado, dentre

outras características emancipatórias. Segundo o depoimento de estudantes, durante as mobilizações estudantis, a partir de 2011, diversos estudantes foram presos de forma

truculenta pela Polícia Militar, a exemplo de três jovens estudantes que foram de forma arbitrária presos, enquanto outro estudante fora perseguido pela polícia. Este quarto estudante não foi encontrado pelos policiais, sendo mais tarde beneficiado pelo salvo conduto. Uma das principais formas que a justiça encontrou para prender os estudantes foi acompanhando postagens nas redes sociais e pelos desenhos artísticos realizados pelos estudantes, nos quais os mesmos apresentavam a situação caótica do transporte coletivo, segundo os depoimentos dos próprios estudantes no vídeo “Operação 2,80 e a revolta só aumenta”. Segundo a advogada Clarissa Machado (2014), mais de 20 policiais civis fortemente armados foram de madrugada, entre 5 e 6 horas da manhã, simultaneamente na casa dos quatro manifestantes que se identificaram como lideranças do movimento e realizaram três prisões, sendo o quarto acusado não encontrado. Além de buscas e apreensões, recolheram elementos que pudessem contribuir para a investigação, elementos de uso pessoal, onde pudesse conter qualquer indício de ligação dos estudantes com o Movimento de estudantes, com o objetivo de incriminá-los. Apenas um dos manifestantes não foi encontrado. Toda essa situação demonstra o aspecto truculento da polícia do Estado de Goiás, em que os estudantes no ato do direito subjetivo de lutar por uma cidade para todos foram perseguidos pela brutalidade militar local.

Este Movimento pelo Passe Livre foi fundamental para a construção de um novo momento de mobilização estudantil, sendo construído a partir de 2015, uma luta contra a privatização da Educação numa perspectiva de Parceria Público Privada, ou seja, através de um contrato de gestão, o governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), busca como forma de gerir as Unidades Públicas de Ensino, a transferência das Empresas Públicas ao capital privado. Nessa perspectiva, os estudantes criam como estratégia de luta para barrar o edital de convocação das OSs, as Ocupações e Resistências nas Unidades Públicas de Ensino, construindo por meio de diversos protestos uma nova página na história do Movimento Estudantil.

Os estudantes organizaram-se em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A partir de 2015, com a tentativa de aplicação da política privatista do Governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), o Movimento Estudantil ocupou as escolas contra a terceirização da Educação nesse Estado, enfrentando a truculência policial. Com a medida repressiva da Polícia Militar do Estado de Goiás, diversos estudantes foram presos dentro das ocupações de forma violenta, segundo depoimento dos próprios estudantes, sendo a maioria adolescentes. Segundo o G1 Goiás, de 17 de setembro de 2016, a Polícia Militar deteve 50 estudantes em ocupação na JCA (Escola Estadual José Carlos

de Almeida), sendo 33 adultos e 17 menores, a exemplo do que já havia acontecido na escola.... À medida que a truculência militar interferia nas ocupações, o movimento crescia.

O eixo das reivindicações dos Estudantes era a construção de uma sociedade com direito para todos, em que os bens sociais possam ser disponibilizados para toda população.

Os policiais apontam no inquérito contra os estudantes da escola JCA o seguinte termo: os estudantes foram autuados por perturbação de sossego e por esbulho, que é a ocupação de uma área pública ou privada. Todos eles serão liberados ainda neste sábado”. Ainda, segundo a polícia informou à Secretaria de Educação, houve respeito ao protocolo da cooperação policial. Os policiais apontaram ainda que o objetivo da retirada dos ocupantes seria a garantia da ordem e paz.¹⁵

A matéria jornalística do G1 Goiás apresenta a visão militar de garantia da paz e ordem. Essa visão contraria a perspectiva do Movimento Estudantil, onde, a paz e a ordem devem ser conquistas de um país com educação de qualidade e não como forma de repressão militar.

O Movimento estudantil no Estado de Goiás vem defendendo uma educação pública e de qualidade, rompendo com todas as formas de discriminação social, racial, de gênero e garantindo a participação ativa de todos os agentes sociais e comunitários.

Para Jorge Luiz Souto Maior (2013, p. 148), “não é mais possível que se utilize frente aos movimentos sociais uma estrutura repressiva, que se concretiza com força policial, ataque midiático e fórmulas jurídicas (notadamente, as ações possessórias, os dissídios de greve e os interditos proibitórios)”. A repressão ao movimento Estudantil representa ataques à democracia, cerceando o direito à livre manifestação dos Estudantes. Esses ataques têm sido constantes no Estado de Goiás. Eles acontecem por meio da força policial, da manipulação midiática e outras formas encontradas pela elite.

A constituição brasileira, promulgada em 1988, garante o direito à liberdade de organização social. Mesmo com a clareza constitucional, o Estado autoritário-liberal utilizou a força policial para criminalizar o Movimento dos Estudantes. No Estado de Goiás, foram diversas prisões e retirada de ocupações das Unidades Públicas de Ensino, por meio da truculência policial.

Apesar da criminalização imposta pelo Estado-liberal, a luta pela justiça e pelo direito de todos é um dever que o Estudante tem assumido ao longo de sua história. A busca pela democratização do Ensino, pelo transporte de qualidade acessível a toda população e

¹⁵Ar.redação de 7/9/16.

pela não criminalização dos Movimentos Sociais tem sido a tônica dos Estudantes. Na contramão da defesa do movimento estudantil, a elite neoliberal apresenta a política de privatização dos serviços públicos, com argumentos de que o Estado é ineficiente para uma atuação eficaz e garantia do direito de todos para a construção de serviços públicos de qualidade. Sabendo que a suposta ineficiência das políticas públicas existe por causa das corrupções e pela falta de gestão compromissada com o público, o Movimento Estudantil apresenta ao Estado a proposta de democratização do Ensino Público com uma ampla participação da Sociedade organizada. Os estudantes propõem também a inversão da lógica, tendo como fundamento essencial o investimento nos serviços públicos, com aplicação de recursos financeiros para as Unidades de Ensino. Essa foi a defesa dos Estudantes durante a jornada de junho. A tônica dos Movimentos Sociais combativos é a luta pelo cumprimento dos preceitos constitucionais, como o de garantir a todas as pessoas serviço público de qualidade e fazer com que todos tenham acesso a esses serviços.

2.2. OCUPAÇÃO OU INVASÃO

Para uma análise política do movimento de ocupação das escolas, construímos algumas abordagens, afim de percebermos a função social delas nas Unidades Públicas de Ensino. Buscamos diferenciar ocupação de invasão. Em um primeiro momento pontuaremos a abordagem sobre a ocupação, trazendo exemplos importantes acerca de ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, pois a partir dessa abordagem, compreenderemos as ocupações realizadas no Estado.

Ocupar possui um significado de tomar posse de algo, preencher determinado espaço. Porém, esses espaços possuem um caráter político-pedagógico, proporcionando um debate social acerca do espaço ocupado e sua função na sociedade. Segundo uma concepção do Movimento Estudantil, a escola Pública possui caráter de espaço público que deve atender de forma igualitária todas as classes sociais, gênero, etnia e concepções religiosas. As ocupações possuem o princípio fundamental de defender que as Unidades de Ensino tenham essa concepção pedagógica. No mesmo princípio, essas ocupações em Unidades de Ensino representam uma abordagem política-ideológica, em que a função da Escola é atender de forma igualitária todas as pessoas, rompendo com o caráter

mercadológico da política neoliberal como produto de compra e venda, por meio das Organizações Sociais.

Ao ocupar esses espaços, os estudantes estão construindo a trajetória de uma escola pública e que precisa se voltar para o público, com ações pedagógicas includentes. Por esse motivo, em todas as ocupações no Estado haviam produções artísticas e culturais, representando, assim, o caráter ideológico e político dos Estudantes ao promoverem ocupações. Suas ações não representam uma suposta neutralidade política, mas são carregadas de ação e intencionalidade, o que requer a construção de uma escola que promova a justiça social para todos os estudantes.

Para uma abordagem prática do movimento de ocupação, nos referendamos na tese “Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno sobre as Ocupações”, de Marcos Baratto (2017). Essa tese nos ajudou a compreender as ocupações como caráter político de Luta para fazer a terra possuir sua função social. Não temos a pretensão de discutir as ocupações no Movimento Sem Terra, mas trazer uma abordagem sobre as ocupações para pensarmos nos Movimento Estudantil.

Ocupação possui uma abordagem político ideológico, a qual não representa apenas um ato de estar em um determinado espaço, mas a construção desse espaço. A ocupação traz objetivos claros de defesa de uma mudança no espaço ocupado. Significa apoderar-se de um espaço possuindo a clareza da função social do mesmo. Para o MST (Movimento Sem Terra), a ocupação representa a posse de terra que não cumpre função social. Em função disso, esse movimento realiza as ocupações para que a mesma produza alimento para a sociedade.

A luta pela terra no Distrito Federal e Entorno incorpora uma característica peculiar para seu avanço como proposta política de Reforma Agrária e de ocupação produtiva (grifo nosso) dos espaços socioambientais da região. Tal característica refere-se à forma de enquadramento e divisão territorial seguindo a lógica das superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério de Desenvolvimento Agrário (INCRA/MDA) (BARATTO, 2017, p.15)

A tese defendida por Baratto leva a uma compreensão do termo utilizado, “Ocupação Produtiva” para designar o espaço socialmente ocioso e que por meio da ocupação retorna à sua função social; no caso da reforma agrária, a função social do espaço

é a produção do alimento. Voltando-nos para a ocupação das Escolas no Estado de Goiás, organizada pelo Movimento Estudantil, tem-se que as ocupações referendam um aspecto da politização das ações, em que os estudantes promovem acampamentos com atividades educacionais, promovem a cidadania e, assim, rompem com a escola mercadológica proposta pelas ações neoliberais do Governo do Estado de Goiás.

Nesse sentido, a função da Escola só é sentida e percebida por meio de uma escola pública que não promova os interesses individuais próprios do sistema capitalista. Durante diversas ocupações, os Estudantes diziam que a Escola não pode ficar sobre a tutela de empresas consideradas Organizações Sociais, por um programa de Contrato de Gestão. Essa perspectiva promovida pelo governador do Estado de Goiás rompe com a função histórica da Escola Pública.

Para abordar as ações políticas das Ocupações, os Estudantes dos diversos Estados, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul, estiveram no centro dos debates nacionais, sendo criticados por alguns setores da sociedade e elogiados/defendidos por outros. Essas ações estudantis representam uma concepção pedagógica muito forte, em que os estudantes referendam uma abordagem de participação da vida pública na sociedade. As diversas ocupações citadas representam uma intersecção: o direito a educação e a escola. Esses direitos sociais e subjetivos do Estado representam a abordagem ofertada como ocupação.

Na contramão das ocupações abordamos o sentido de invasão. Na invasão compreendemos o sentido de algo que não promove necessariamente o valor social do espaço invadido. Invadir revela o ato de usurpar ou tomar conta de algo que não lhe pertence. Nessa vertente, retornamos ao debate sobre o Movimento Sem Terra e sua luta pela Reforma Agrária. Se a terra não possuir o sentido de construção coletiva dos bens produzidos estamos falando sobre invasão. No mesmo diapasão, entrar em uma escola

simplesmente para “ficar”, sem promover uma ação pedagógica, não constitui o sentido político dado à ocupação. Ao tratarmos das Lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, entendemos que o objetivo maior de todas as suas ações é a Reforma Agrária. Esse objetivo promove a ideia de ocupação, sendo uma atividade com a intencionalidade de promoção do bem comum.

Em uma das ocupações no Estado de Goiás encontramos a fala de um líder estudantil que representa exatamente o princípio das ocupações: "o nosso movimento é contra esse

modelo de gestão que está sendo imposto. E os estudantes goianos não aceitam mais que as coisas da educação sejam impostas de cima para baixo. Para implantar um

novo modelo de educação tem que conversar”, diz Gabriel Bernardes (Tatico), dirigente da União Goiana de Estudantes Secundaristas (UGES) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). (entrevista, 2016).

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DE PESQUISA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A experiência não espera, de maneira discreta, do lado de fora da porta dos gabinetes dos pesquisadores, o momento em que o discurso da demonstração científica convocará sua presença (Souza, 2009).

A análise de conteúdo, fundamentada a partir de Bardin, foi utilizada durante a pesquisa com os estudantes em Ocupação nas Unidades de Ensino no Estado de Goiás em seus princípios básicos: categorização, descrição e interpretação dos dados. Tendo em vista essa perspectiva metodológica, foi necessária e fundamental a visita aos locais ocupados pelos estudantes para as entrevistas iniciais a fim de se compreender, numa visão do movimento estudantil, a resistência à política de implantação do Contrato de Gestão nas Escolas Públicas do Estado de Goiás.

Essa metodologia adotada na investigação possui caráter qualitativo respondendo aos objetivos pretendidos e buscando compreender o movimento estudantil em sua resistência enquanto sujeitos orgânicos da atuação na luta contra a implantação das Parcerias Público-

Privadas. Nessa perspectiva, buscou-se valorizar a fala dos estudantes e a historicidade das ocupações no Estado de Goiás, para isso foi estabelecido que as visitas às ocupações dos Estudantes em Unidades Públicas de Ensino contra as Organizações Sociais e as leituras realizadas nas redes sociais referendam a análise do Conteúdo proposto nessa pesquisa, buscando a exploração das falas dos estudantes para compreender as lutas do Movimento Estudantil.

Escolhemos a Análise de Conteúdo por compreender sua importância para a pesquisa social, através de uma abordagem teórico e prática, onde os sujeitos da pesquisa são os estudantes que protagonizaram a defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade.

Com o objetivo de compreender a resistência dos estudantes ao contrato de Gestão proposto pelo então Governador do Estado de Goiás, foram realizadas entrevistas com um grupo de seis estudantes, que se tornaram lideranças nas determinadas unidades ocupadas, referendando uma abordagem qualitativa na perspectiva de construir a proposta

metodológica deste trabalho. Essa fase da pesquisa buscou apontar os estudantes como sujeitos da história do Movimento Estudantil no Estado de Goiás.

Em outro momento buscamos também realizar um estudo exploratório das redes sociais (*Facebook*), pois em cada Unidade de Ensino Ocupada os estudantes criaram uma

página para dialogar com a sociedade sobre a política de ocupação nas Escolas, bem como a necessidade de resistência dos estudantes diante da implantação das Parcerias Público-Privadas.

Foram utilizados autores que contribuíram para uma análise mais aprofundada do Movimento Estudantil enquanto sujeitos transformadores da história. Como apoio a uma leitura do Movimento Estudantil, utilizamos Rêses (2014), segundo o qual toda abordagem metodológica para compreender o Movimento Estudantil nos leva a estas três categorias: totalidade, contradição e mediação. Nessa compreensão, fez parte de nossa abordagem a história dos estudantes do Estado de Goiás, pois entendemos que as lutas não podem ser constituídas a partir da fragmentação, mas em sua totalidade.

Portando, a partir dessa abordagem metodológica, percebemos a importância das condições históricas e sociais do Movimento Estudantil no Estado de Goiás para as lutas contra as privatizações desse Estado.

3.1- RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO DIALÉTICO

A tradição dialética nos lembra a importância metodológica da prática cotidiana para entender a formação da consciência social e suas tensões.

Considerando a práxis, é possível chegar-se a uma investigação mais precisa. (Souza, 2009, p. 17)

O Método dialético concebe nessa perspectiva a importância da análise sensível e concreta dos sujeitos da pesquisa. É necessário, para essa abordagem, as relações com os estudantes e sua historicidade, que nasce da prática enquanto transformação social. Segundo Souza (2009), a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento, sem crítica e reflexão ideológica de um campo social. Trazemos no mesmo diapasão, a concepção de pesquisa social, tendo como sujeitos históricos o Movimento Estudantil no Estado de Goiás.

A percepção da Resistência do Movimento Estudantil no Estado de Goiás tem sido a tônica da pesquisa. Na contramão de uma sociedade baseada em princípios capitalistas e na economia de mercado, os estudantes apresentam-se como protagonistas de uma educação baseada na coletividade, rompendo com a política mercadológica por meio de Contrato de Gestão do Governo do Estado de Goiás.

Essa nova conjuntura neoliberal impulsionou o governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), a apresentar à sociedade goiana o modelo de Gestão baseado na Parceria Público Privada. Toda essa ideologia neoliberal de um Estado Capitalista, utilizando de veículos de Comunicação torna-se negadora da luta de classes inerente à sociedade capitalista. Durante uma entrevista com uma estudante sobre o diálogo com o Governo do Estado de Goiás, sua resposta foi a seguinte: “o governo divulga nas mídias oficiais que está dialogando com o movimento, mas até este momento só nos atende com a truculência policial.” (Entrevista, 2016).

A compreensão da realidade do Movimento Estudantil e toda sua trajetória de luta e organização é referendada pelo Método Dialético, segundo Rodriguez (2014). Mediante os meios de comunicação de massa, determinam as práticas, os valores, os significados, as percepções, a cultura e a identidade. Nessa abordagem pensada por Rodriguez (2014), os meios de Comunicação de massa, determinam os limites da tolerância de gênero, raça, religião e qualquer outra forma de diversidade humana. Sendo assim, a violência militar no Estado de Goiás contra o Movimento de Estudantes representa um limite imposto pelo Estado, em que age com punição, como prisão aos estudantes que se posicionam contra a política neoliberal do Estado.

O princípio metodológico da pesquisa refere-se à matéria constituída no próprio movimento em seu princípio organizacional e de luta. A história de luta em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade refere-se à matéria constitutiva da resistência do Movimento Estudantil. Não se pode compreender o Movimento Estudantil sem compreender a matéria construída ao longo da história de organização dos Estudantes.

Assim, segundo Rêses (2014), o Método Dialético leva o pesquisador do Movimento Estudantil, a partir do concreto, isto é, da realidade mais imediata para a compreensão das relações dos Estudantes e a resistência construída ao longo das Ocupações nas Unidades Públicas de Ensino.

3.2- ANÁLISE DE CONTEÚDO E CATEGORIAS

Análise de Conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes extremamente diversificados)” (BARDIN, 2011, p.17).

Essa abordagem metodológica requer do pesquisador rigor científico na análise e inferência dos dados. Se observarmos, a análise de conteúdo em sua forma, perceberemos que a valorização acontece pelo não aparente, algo que o pesquisador não consegue ver, mas que é possível inferir sobre o sujeito pesquisado. A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, procura conduzir a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa inferência é construída pela metodologia citada busca compreender o Movimento Estudantil em sua íntegra, bem como as concepções do movimento em sua atualidade. Concepções como análise de gênero, etnia e concepção política ideológica referendaram os momentos de ocupação, transformando as lutas estudantis na atualidade como instrumento para a construção de uma escola incluyente.

Assim buscamos construir essa metodologia de pesquisa como uma forma de interpretar a fala dos estudantes a partir da entrevista realizada com os mesmos, sendo que essas abordagens estudantis deram ao pesquisador subsídios para perceber as categorias mais presentes nesse diálogo entre pesquisador e estudante.

Sabemos também que em cada espaço de ocupação, criou-se uma página no *Facebook* para dialogar com a sociedade sobre as demandas e as próprias lutas. Os conteúdos postos nessas páginas refletiam a categorização do pensamento dos estudantes a respeito das ocupações. Houve um mapeamento das páginas dos Secundaristas em Luta para entendermos qual tipo de abordagem e conteúdo tiveram maior alcance e nível de envolvimento durante as diferentes estratégias de ação adotadas pelo Movimento. Já as entrevistas buscaram captar as impressões e expectativas dos participantes do Movimento Secundarista acerca do processo de escolha das estratégias de ação do Movimento - em especial das ocupações realizadas nas escolas públicas e na própria Secretaria de Governo.

As análises realizadas dos documentos foram por categorização, sendo que, de forma criteriosa, ordenamos as falas dos estudantes durante as ocupações e as publicações

de suas páginas do *Facebook*. Categorizar refere-se a ordenar e classificar os conteúdos das falas dos sujeitos da pesquisa, os alunos. Segundo Bardin (2011, p. 148-149), a “categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”.

Passemos, agora, a explicitar as categorias identificadas e analisadas na presente pesquisa.

3.2.1. Participação Política

Entre as perguntas realizadas para os estudantes nas ocupações, em um primeiro momento, a intenção foi identificar a participação política dos sujeitos pesquisados dentro de um contexto geral. A intencionalidade dessa contextualização torna-se de fundamental importância para compreender a totalidade de um Movimento que não se constitui pela fragmentação, mas pela representatividade de seus membros. Ao responder questões relativas à vida pessoal (Anexo 1) os estudantes apontam as participações em movimentos de luta de diversas organizações e entidades.

O primeiro estudante está apontando sua participação no Coletivo Quilombo, levantando a concepção de defesa das lutas raciais.

Então, meu nome é xxxx, eu sou estudante Secundarista, participo do coletivo Quilombo, um coletivo combativo e que atua desde colégios, ensino Médio até a Faculdade e a principal bandeira desse coletivo é a luta racial. Não sou filiado a nenhum partido ainda (Entrevista com líder estudantil em Ocupação de Unidade Pública de Ensino)

A segunda estudante representa o coletivo feminista por defender a igualdade de gênero, participando também da Anistia Internacional de Goiânia. Demonstrando a pluralidade do Movimento Estudantil em Goiás, a terceira estudante se apresenta como anarquista, pertencente ao Bloco Libertário Feminista. Essa estudante aponta as lutas por uma sociedade livre de qualquer preconceito de gênero, raça e religião. A quarta estudante sempre esteve militando em movimentos estudantis na Universidade, como Centro Acadêmico e Diretório Acadêmico. O Quinto Estudante também é um militante do movimento estudantil

há muito tempo. O discurso deles refere-se também à diversidade e pluralidade de concepções políticas e ideológicas do próprio Movimento de Estudante. A sexta estudante aponta um Estado com medo dos movimentos sociais de luta descobrirem a manipulação do governo. Essa última aborda também os valores financeiros pagos para

as OSs e os valores destinados à escola pública. No mesmo processo de luta social encontramos, pois, anarquistas, feministas e socialistas, sendo que todos, mesmo tendo suas diferenças ideológicas, unem-se em torno de uma escola pública, gratuita e de qualidade.

Nesse sentido, o quadro abaixo resume a caracterização dos sujeitos da pesquisa quanto à sua participação política anterior às ações de ocupação.

Quadro 1 – Participação Política

CATEGORIA	Subcategoria	Verbalização
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	Luta racial	Então, meu nome é xxxx, eu sou estudante Secundarista, participo do coletivo Quilombo, um coletivo combativo e que atua desde colégios, Ensino Médio até a Faculdade e a principal bandeira desse coletivo é a luta racial. Não sou filiado a nenhum partido ainda.
	Movimento Feminista	Meu nome é xxx, sou estudante de Ciências Sociais com habilitação em políticas públicas na Universidade Federal de Goiás. Sou do Movimento da Coletiva Feminista da Universidade Federal de Goiás e sou voluntária da anistia internacional de Goiânia
	Movimento Anarquista/Co letivo Feminista	Meu nome é xxx. Eu sou anarquista. Faço parte de um Bloco Libertário. Faço parte de um coletivo Feminista também libertário, coletivo horizontal sem fins lucrativos e horizontal porque a maioria das meninas do coletivo também são anarquistas e a minha motivação é ver o tanto que eu sofri na escola por ser uma pessoa bissexual, homo afetiva, por ser anarquista, por ser artista, por ser diferente e ninguém nunca deixou eu ser o que eu sou, sabe, de verdade. Ninguém nunca me aceitou de verdade na escola e isso trouxe muitos problemas psicológicos, apanhava muito na

		<p>escola e diretores, professores acobertavam homofobia. Opressão por ideologias políticas. Então a OS vai trazer o dobro dessas “desgraças” pra dentro da Escola porque sabemos que vai ser absurdamente controlada pelo governo. A gente sabe que a alienação vai ser maior ainda do que a gente está tendo hoje em dia.</p>
	Centro Acadêmico	<p>Eu sou estudante agora, de Licenciatura em Matemática na Universidade Federal de Goiás, era pertencente ao C.A- Centro Acadêmico da Matemática e do D.A também, Diretório Acadêmico. Agora, no 5º período optei por mudar de curso e agora sou estudante de licenciatura em Filosofia na Universidade Federal de Goiás.</p>
	Movimento Estudantil	<p>Meu Nome é xxx, tenho 17 anos, concluí o 3º ano em 2015 e acredito que estou no movimento estudantil já desde 2013 quando começamos a questionar e hoje eu sou totalmente apaixonada e não quero abandonar e sempre apoiar o movimento estudantil, que acho que é um dos mais bonitos que a gente tem.</p>

Fonte: Pesquisa de campo

3.2.2. Privatização

Os Estudantes apontaram os riscos das privatizações como meios de desvio de dinheiro público. O Estudante 1 apontou as OSs como meio de velar o interesse do governador pelas privatizações. Segundo o mesmo estudante, os erros das privatizações em outros setores, como o da saúde, poderão chegar à educação de forma velada. Uma segunda estudante aponta os valores pagos para as Organizações Sociais, sendo maior que os valores hoje pagos às escolas públicas, dizendo que para ela isso representa “lavagem de dinheiro”.

A terceira Estudante aponta o sucateamento da educação como ridículo. Algo que está acontecendo no Estado de Goiás com o Governador Marconi Perillo (PSDB), sendo que se valoriza o Agronegócio mais do que a Educação.

Quadro 2 - Privatização

CATEGORIA	Subcategoria	Verbalização
	Privatização Serviços Públicos	As Organizações Sociais nada mais é do que uma forma de terceirização velada. Se usa Organizações Sociais para não dizer privatização e que todo mundo já tem noção do que é.... foi implantado na saúde aqui no Estado. Já vimos que tem um rombo milionário de desvio de verba dentro dessas organizações que se intitulam sem fins lucrativos, mas que lucra muito dinheiro.
	Lavagem de dinheiro	Então, eles querem alienar cada vez mais e através disso embolsar cada vez mais dinheiro. Um dinheiro que eles dizem que não tem para dar agora, mas [es]tão dizendo que vão ter ainda mais pra dar depois, porque como que eles pagam 120,00 por aluno e querem

PRIVATIZAÇÃO		pagar 350,00 para uma empresa (OSs). Pra mim, está bem claro que é lavagem de dinheiro.
	Sucateamento da educação	Ridículo é o que está acontecendo em Goiânia! Ridículo é o governador sucatear o Estado e zombar com a cara dos trabalhadores... Ridículo é o Estado de Goiás ser um dos estados que tem o menor salário para professores, ridículo é o Estado achar que cultura é somente boi e sertanejo, ridículo é quem acha ridículo os secundarista lutar por um lugar melhor (...) Segundo conselheiros, é papel do Estado ofertar educação de qualidade; e a transferência pode configurar uma "declaração de incompetência".
	Controle do Estado por meio das Organizações Sociais.	Pra mim, as Organizações Sociais são apenas um meio de controle maior, visto que os Movimentos Sociais, os Movimentos Políticos cresceram de uma forma absurda com a internet e com os meios de comunicação terem aumentado e as pessoas terem mais acesso a eles agora através disso. Então, o governo está com medo, na verdade, do que possa acontecer quando todo mundo descobrir a farsa que é o Estado, o sentido de opressão que é o Estado; e eles estão com medo disso e [es]tão querendo alienar cada vez mais e sufocar esse sopro de ideologias políticas, de pessoas que querem

	fazer alguma coisa para melhorar isso e que [es]tão enxergando o que o Estado tá fazendo com a sociedade. Eles estão querendo sufocar esse sopro que surgiu agora porque eles estão com medo. Então, eles querem alienar cada vez mais e através disso embolsar cada vez mais dinheiro. Um dinheiro que eles dizem que não tem para dar agora, mas [es]tão dizendo que vão ter ainda mais pra dar depois, porque como que eles pagam 120,00 por aluno e querem pagar 350,00 para uma empresa (OSs). Pra mim, está bem claro que é lavagem de dinheiro.
--	--

Fonte: Pesquisa de Campo.

3.2.3. Motivação para as Ocupações nas Escolas

O Movimento Estudantil trouxe muitos estudantes para as lutas sociais e para a ocupação nas escolas. Os estudantes em ocupações tornaram-se sujeitos fundamentais para a pesquisa. Essa categoria nos leva a perceber o lema das ocupações nas escolas: Ocupar e Resistir até a retirada do Edital das Organizações Sociais. Dentro dessa categoria, encontramos estudantes que apontaram que um dos caminhos adotados pelo governo para a privatização, além das OSs, seria a militarização das escolas, ou seja, os dois processos estariam em um mesmo patamar de luta estudantil.

Nesse contexto, é importante explicar o que se entende por militarização das escolas: significa que a gestão das unidades públicas de ensino são transferidas para a Polícia Militar do Estado e, nestas escolas, as famílias contribuem financeiramente para a manutenção do espaço. Esse fato, acaba por “mascarar” a manutenção das OSs na educação pública, pois as comunidades aceitam bem a militarização em nome da “ordem”

nos espaços escolares.

Quadro 3 - Motivação para Ocupações nas Escolas

CATEGORIA	Subcategoria	Verbalização
MOTIVAÇÃO PARA OCUPAÇÕES NAS ESCOLAS	Lutas Sociais	A quantidade de estudantes que estão ocupando as escolas é complicado falar, a gente está tentando preservar o número de pessoas que tem nas ocupações, porém tem muitas pessoas nas ocupações que foi pra nós do Movimento um choque, um boom, que trouxe muita gente pra luta estudantil e pras lutas sociais.
	Resistência nas Ocupações	O lema das ocupações é Ocupar e Resistir. Por enquanto não sei de alguma outra estratégia (do movimento), tudo é organizado e decidido em assembleia, então não tenho essa informação(...). As ocupações, eu vejo que, mesmo com cansaço, com desgastes físicos, com desgaste emocional, os alunos não querem parar; eles não têm essa opção de parar. A gente quer a revogação do edital e a consulta pública. Até nós conseguirmos isso estaremos na luta e eu acredito que depois que a gente conseguir nossas reivindicações, haverá outras manifestações pela melhoria do colégio público, de melhoria da estrutura e etc..
	Militarização das Escolas	A principal Motivação do Grupo ao ocupar as Escolas é a revogação das OSs, a não militarização, que também é uma pauta dentro da reivindicação dos alunos porque o Estado quer militarizar as escolas.

Fonte: Pesquisa de campo

3.2.4. Exclusão

Segundo os estudantes, com a vinda das OSs, os mesmos passarão por um processo de exclusão próprio do sistema mercadológico da Educação, uma vez que esse sistema capitalista não pretende realizar um processo de inclusão social, senão a adoção de um novo sistema de Ensino. Além da exclusão pedagógica, com a vinda das OSs, os

professores serão diretamente atingidos ao perder a estabilidade do Serviço Público, passando a construir as relações trabalhistas de acordo com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Diversos Estudantes apontam que o edital indica apenas trinta por cento do quadro efetivo, sendo que os demais podem ser contratados pela CLT. Essa relação precariza as relações de trabalho e a exploração do trabalhador tende a aumentar.

Quadro 4- Exclusão

CATEGORIA	Subcategoria	Verbalização
EXCLUSÃO	Não escolha da escola	Com a vinda das OSs, os alunos sentirão a não escolha. Não vão poder escolher onde eles vão poder estudar. Os empresários vão fazer um processo de seleção, onde se o aluno não passar, ele vai ser obrigado a ir para outra escola que vai aceitar. Então, um aluno que mora em um determinado bairro não poderá estudar na escola de seu bairro porque na visão do empresário ele não é capacitado para estudar nessa escola.
	Precarização do trabalho do professor	A questão das OSs atinge muito mais os professores que vão perder a estabilidade de concurso público, não vão ter direito a manifestação porque a gente sabe que existe perseguição no governo. O governo faz essa perseguição.
	Não abertura de concurso público	Eu tenho uma visão em relação a ela (OSs) por que dentro do Edital é dito que só precisa de 30% de funcionário efetivo enquanto concursado. Também tem o lado da contratação de professores. Na abertura de novos editais pra concurso público isso vai interferir muito na carreira de um professor porque a gente precisa enquanto educador ingressar na carreira e eu acho que vai anular muito essa questão, pois se a OS (Organização Social) tem todo aval do Estado pra fazer contratação, tirar todos os benefícios e todas as coisas que é direito do professor, entre elas o concurso público, sendo que com a OS não acontecerá mais.

Fonte: Entrevista com estudantes

3.2.5. Unificação das Lutas

O Movimento estudantil no Estado de Goiás apresenta uma diversidade de concepções políticas, porém durante as Ocupações nas Unidades Públicas de Ensino buscaram a unidade, a defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade. Dentro desse rico movimento, encontramos militantes do Movimento Negro, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), Movimento Estudantil, Anarquistas e outros.

Segundo Mesquita (2003), não existe apenas um movimento estudantil, mas vários, devido à pluralidade de ações e concepções de luta. O primeiro estudante apontado nessa

categoria lembra que toda a sociedade será afetada com a implantação das OSs (Organizações Sociais). Nessa percepção dos estudantes, todos os movimentos organizados possuem sua parcela de contribuição com a ocupação dos estudantes. Os secundaristas ocuparam as escolas, mas a sociedade organizada deve responsabilizar-se pelo movimento dos estudantes no Estado de Goiás. Entre os estudantes do Secundaristas em Luta haviam nos acampamentos e nas diversas ações diferentes correntes internas. Vários movimentos estudantis são anarquistas, socialistas e de outras correntes dentro das ocupações estudantis. Essas correntes internas do Movimento Estudantil estão unidas com o objetivo comum de barrar o Edital das OSs.

Nessa mesma linha de pensamento, os estudantes organizaram uma carta aberta convidando todos os movimentos de luta a apoiarem as ocupações. Como premissa essencial dessa abordagem há a unificação das correntes de esquerda na luta contra o Estado neoliberal. Segundo o colégio Estadual José Ludovico de Almeida, apesar do autoritarismo do governador Marconi Perillo no que tange à privatização do Ensino, o Movimento Estudantil mantém a resistência na luta pela defesa da escola pública. É perceptível a resistência dos estudantes contra o autoritarismo do governador. A Ocupação Américo Borges de Carvalho pontua a organização dos Estudantes em diversos estados brasileiros como unidade contra as políticas de sucateamento da Educação (MESQUITA, 2003).

Quadro 5- Unificação das Lutas

CATEGORIA	Subcategoria	Verbalização
UNIFICAÇÃO DAS LUTAS	Luta de toda a sociedade	As Ocupações surgiram a partir dos estudantes secundaristas, mas acreditamos que precisamos ampliar a nossa pauta. Acreditamos que essa luta não é apenas dos secundaristas. Os secundaristas estão aqui, estão presentes, serão afetados diretamente, mas a sociedade como um todo tem que entrar nessa luta. Tem que saber que essa luta é dela. Agora é o momento de chamar desde os Movimentos sociais, sindicatos e a sociedade como um todo pra lutar com a gente porque a gente sozinho sabe que não vamos dar conta.
	Unidade Política	Existem vários segmentos políticos, várias vertentes, mas os movimentos de esquerda vêm crescendo desde 2013 com as manifestações de julho, que ocorreram, e o movimento estudantil, tendo em vista que o movimento de esquerda cresceu, também cresceu. E agora, o que aconteceu foi uma unificação de todos os grupos. Eu sou anarquista, mas convivo com os “petistas” rs. Na verdade essa unificação ocorreu agora porque a pauta é comum.
	Conscientização	A gente está apresentando um documento, uma carta de repúdio tentando pegar o máximo de instituições e entidades que apoiam a luta e, por mais que não dê certo, pelo menos o meu bloco vai continuar visitando as escolas, mesmo se a OS for assinada e realmente for executada, nós vamos continuar visitando as escolas e tentar continuar conscientizando os alunos de que existem os movimentos sociais e que eles podem sair daquilo ali e que a educação colegial, acadêmica não é o suficiente. É preciso uma abertura, uma expansão do conhecimento.
	Autoritarismo do governo	VOLTAMOS A LUTA! O autoritarismo do governo não se contém, e como resistência nós também não hesitamos à luta contra a Reforma na Previdência, contra a Ideologia de Privatização da Educação do Marconi.

		Reforma do Ensino e toda reforma que prejudica a sociedade.
	Politização do Movimento Estudantil	<p>PRIMAVERA SECUNDARISTA NO BRASIL! A luta dos secundaristas não para! Depois de São Paulo barrar o governo estadual, Goiás entrou na luta e conseguiu dar muita dor de cabeça pro governador Marconi Perillo.</p> <p>Agora é a vez do Rio de Janeiro e do Pará! Os secundaristas brasileiros estão dando um show de ação política direta!</p> <p>Novos tempos vêm por aí!</p>

Fonte: Entrevista com estudantes

3.2.6. Manipulação da Comunicação

Os meios de comunicação oficial do governo têm bombardeado a sociedade com informações que levam o telespectador a aceitar a privatização da educação como uma necessidade de gestão eficiente. Essa mesma abordagem midiática influencia a sociedade a pensar que o movimento estudantil está atrapalhando o andamento das atividades pedagógicas. Os estudantes tentaram trazer toda a comunidade escolar para dentro do processo de ocupação, mas o enfoque midiático do governo levou uma parcela da sociedade a posicionar-se contra o movimento. Diz um dos estudantes: “A mídia é comprada” (informação verbal). Essa mídia oficial faz a todo momento oposição ao movimento, dificultando a mobilização dos estudantes. O governo fala na mídia que procura o diálogo, mas não abre mão das Parcerias Público Privada. O diálogo apresentado pelo governo não existe na realidade. De acordo com essa categoria, a mídia manipula toda sociedade para a manutenção do Estado Liberal. Um dos Estudantes aponta que o diálogo entre os três poderes é quase nulo. O governador exerce, segundo um dos estudantes, um poder de mandatário, em que os parlamentares ou agentes do judiciário que se propõe a ser independente do poder executivo são uma pequena minoria. A Quarta estudante aponta as lutas sociais que levam a sociedade a tomar consciência das opressões e que as OSs representam os interesses desse Estado, o qual é capaz de oprimir a sociedade (comunidade com pais e alunos) e demais setores organizados da mesma. Segundo essa estudante, o Estado tem medo da sociedade organizada, e por isso pretende implantar as Organizações Sociais.

Os Secundaristas em Luta utilizaram a mídia popular para denunciar as OSs. Essas denúncias levaram todas as empresas consideradas Organizações Sociais a serem consideradas idôneas para administrar as Unidades Públicas de Ensino. Fica claro no diálogo dos estudantes que as denúncias da mídia e do Ministério Público resultaram da luta dos estudantes.

Quadro 6- O papel da Comunicação

CATEGORIA	Subcategoria	Verbalização
MANIPULAÇÃO DA COMUNICAÇÃO	Mídia opositora ao movimento	No começo das ocupações a gente tentou trazer a todo momento a sociedade pra dentro das ocupações (Associação de pais), mas a mídia é comprada. A mídia de massa a todo momento fez oposição ao movimento e por meio de propaganda mentirosa, mostrando colégios perfeitos e isso afastou um pouco a sociedade, enganou a sociedade, então agora nessa reta final temos muitos apoiadores mas o governo conseguiu enganar uma parcela grande da sociedade.
	Pseudo diálogo do governador	O Diálogo não existe, há um pseudo-diálogo. O governo em entrevistas na mídia, que já é comprada, ou nas redes sociais diz que está procurando diálogo, mas no mesmo momento que ele fala que quer diálogo, ele fala que não haverá revogação; que o que os estudantes estão fazendo não adiantará de nada. Ele [governo] quer um diálogo para tentar melhorar as OSs e não para barrar o edital e depois fazer consulta pública por meio de plebiscito, ou seja, uma política de consulta à sociedade, aos profissionais da educação e aos estudantes. Com relação aos três poderes do Estado... Em sua grande maioria pertence ao Marconi. Temos apoio de alguns deputados que estamos evitando mencionar o nome, até pela segurança do próprio deputado.
	Inexistência de diálogo com os poderes do Estado	O diálogo com os três poderes do Estado é quase nulo porque a gente sabe que essas três esferas são totalmente compradas pelo Estado. O governador manda e desmanda nos três poderes. O diálogo é quase nulo. Não tem abertura para a sociedade, não tem abertura com os estudantes. A gente não está sendo ouvido e eles estão tentando nos vencer pelo

		cansaço. A proposta do Movimento é o diálogo. Gostaria muito da abertura do diálogo pra ser decidido com a sociedade, pra revogação das OSs. É essa a pauta principal.
	Crescimento do movimento estudantil a partir das redes sociais	Pra mim, as Organizações Sociais são apenas um meio de controle maior, visto que os Movimentos Sociais, os Movimentos Políticos cresceram de uma forma absurda com a internet e com os meios de comunicação terem aumentado e as pessoas terem mais acesso a eles agora através disso. Então, o Governo está com medo, na verdade, do que possa acontecer quando todo mundo descobrir a farsa que é o Estado, o sentido de opressão que é o Estado; e eles estão com medo disso e [es]tão querendo alienar cada vez mais e sufocar esse sopro de ideologias políticas de pessoas que querem fazer alguma coisa para melhorar isso e que [es]tão enxergando o que o Estado tá fazendo com a Sociedade. Eles estão querendo sufocar esse sopro que surgiu agora porque eles estão com medo. Então eles querem alienar cada vez mais e através disso embolsar cada vez mais dinheiro. Um dinheiro que eles dizem que não tem para dar agora, mas [es]tão dizendo que vão ter ainda mais

		pra dar depois, porque como que eles pagam 120,00 por aluno e querem pagar 350,00 para uma empresa (OSs). Pra mim, está bem claro que é lavagem de dinheiro.
	Denúncias na mídia	Nós desqualificamos as OSs. Por meio da luta, das denúncias midiáticas decorrentes dela, da intervenção do MP público por conta da pressão da luta não deixou outra opção a Raquel Teixeira que não desqualificou todas as OSs e tenta elaborar um edital melhorzinho com OSs menos zuadas (...) Pra quem diz que a luta não adianta nada tá aí, mais uma vitória do movimento! (...) Mas a gente sabe que isso é pra ganhar tempo, estamos de olho e aumentando a articulação. A luta só para quando esta proposta absurda de terceirizar a Educação deixar de existir, assim como a proposta de massificar a militarização das escolas.

Fonte: Pesquisa de campo

3.2.7. Revogação do Edital das OSs

A principal motivação que levou os estudantes a ocuparem as escolas foi a revogação do Edital. Os estudantes apresentam como crítica ao governo, o aumento da parcela de investimento por aluno constituir-se maior para as OSs do que para as escolas públicas. As lutas dos estudantes levaram a Secretária de Educação a apresentar um outro Edital, segundo os secundaristas em Luta, “melhorzinho”, porém o objetivo de toda luta estudantil era a revogação do Edital.

Quadro 7- Revogação do Edital das OSs

CATEGORIA	Subcategoria	Verbalização
REVOGAÇÃO DO EDITAL DAS OSs	Consulta pública	O movimento apresenta para o governo o fechamento do edital pra acabar com esse processo. Acabar com esse processo, depois fazer uma consulta pública, abrir o diálogo de fato com os estudantes e a sociedade e investir no que já tem. O governo gasta por aluno hoje 120,00, pretende gastar com as OSs 350,00. Por que não gastar essa quantidade na Escola pública.
	Luta contra a terceirização da educação	Nós desqualificamos as OSs. Por meio da luta, das denúncias midiáticas decorrentes dela, da intervenção do MP público por conta da pressão da luta não deixou outra opção a Raquel Teixeira que não desqualificou todas as OSs e tenta elaborar um edital melhorzinho com OSs menos zuadas. Pra quem diz que a luta não adianta nada tá aí, mais uma vitória do movimento! (...) Mas a gente sabe que isso é pra ganhar tempo, estamos de olho e aumentando a articulação. A luta só para quando esta proposta absurda de terceirizar a Educação deixar de existir, assim como a proposta de massificar a militarização das escolas.

Fonte: Pesquisa de campo

3.2.8. Violência Policial

A truculência policial durante todo processo de ocupação foi a tônica do governo de tentar desocupar as Unidades de Ensino no estado de Goiás. Muitos estudantes apanharam da polícia sem direito à defesa. Aponta um estudante que sete homens mascarados, armados com paus, tiraram os estudantes à força de forma truculenta a mando do Governo. A estudante diz ainda que poucos minutos depois o subsecretário aparece na escola como se soubesse da desocupação. A estudante da ocupação “Ocupe

Sua Escola Goiás” apresenta a violência policial corporificada, uma vez que o corregedor agride os estudantes.

Quadro 8- Violência Policial

CATEGORIA	Subcategoria	Verbalização
VIOLÊNCIA POLICIAL	Truculência policial	Tirando as Escolas que foram desocupadas à base de truculência policial e esquema do governo são em torno de 24 escolas e com uma estimativa de 800 a 1000 alunos mais ou menos.
	Desocupação do colégio pela Polícia Militar	Pelo que acompanhei durante os quarenta dias que fiquei no Colégio Robinho, que fica na Zona Noroeste, sendo desocupado por sete homens mascarados todos armados com paus, tiraram os secundaristas que estavam dentro do colégio, onde 15 minutos após, a diretora do colégio chegou com o subsecretário, Marcelo, golpista, não justificando nem para a polícia como ele soube que foi desocupado. Então, pra mim, fica bem claro que a coincidência é estranha demais.
	Corporativismo policial	Tem corregedor espancando cidadão honesto (gravado em vídeo). Como confiar na polícia da polícia? Corporativismo!

Fonte: Pesquisa de campo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, percebemos que o Movimento Estudantil resiste à prática privatista do Governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), por compreender que a Escola pública por seu caráter laico e gratuito é a única que possui autonomia para formar estudantes capazes de transformar a realidade concreta em que vivem. A Ocupação realizada pelo Movimento Estudantil representa a luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade. As ocupações, chamadas de ocupações políticas, representam a práxis, onde os Estudantes constroem e modificam o ambiente ocupado. O Materialismo Histórico-Dialético oferece resposta clara a essa abordagem do Movimento Estudantil. A partir dessas percepções realizadas pelos Estudantes, numa concepção crítica ao chamamento do Edital para as OSs (Organizações Sociais) no Estado de Goiás, o Movimento Estudantil mobiliza-se em torno de diversas Unidades Públicas para a Ocupação política dos Espaços com o objetivo de barrar a Parceria Público Privada.

Essa abordagem traz também uma construção histórica do Movimento Estudantil, com o objetivo de historicizá-lo, porém, hoje estamos diante de um novo paradigma de luta, onde os movimentos dos Estudantes possuem outras pautas como: a discussão de gênero e etnia são exemplos que os estudantes trazem para as mobilizações sociais. A defesa de uma escola democrática não representa apenas o rompimento com governos ditatoriais, mas apresenta a defesa de uma escola que possa incluir em sua pauta pedagógica a discussão de inclusão de todas as pessoas e o respeito às diversidades.

O movimento secundarista instituiu uma ação direta na sua perspectiva de organização com atuação propositiva de participação social e política, em torno da defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, conforme prerrogativa constitucional. Nessa perspectiva, o movimento estudantil realizou ocupações de cunho político. Ocupar e não invadir. Discussão que não é trivial, mas polêmica no meio jurídico. A ênfase recaía sobre legalidade e ilegalidade da ação. O conceito de invasão está calcado em torno de algo ilegal, já ocupação abrandava esse sentido e pressupõe uma organização com objetivos definidos.

Na contramão da defesa do movimento estudantil, a elite neoliberal apresenta a política de privatização dos serviços públicos, com argumentos de que o Estado é ineficiente para uma atuação eficaz e garantia de direitos.

A questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante no país, em todas as esferas. Isso se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado (ROLNIK, 2013).

A constituição brasileira, promulgada em 1988, garante o direito à liberdade de organização social. Mesmo com a clareza constitucional, o Estado autoritário-liberal utilizou a força policial para criminalizar o movimento dos estudantes. No Estado de Goiás, foram diversas prisões e retirada de acampamentos das unidades públicas de ensino por meio da truculência policial.

Apesar da criminalização empreendida pelo Estado-liberal, a luta pela justiça e contra retirada de direitos, pela democratização do ensino, contra a criminalização dos Movimentos Sociais tem sido a tônica que o movimento estudantil tem assumido ao longo de sua história, reforçando a projeção do novo paradigma de luta.

A resistência tem sido ao longo da história uma característica marcante do movimento estudantil. Ele se coloca na construção contínua da autonomia intelectual, ocupando seus espaços e apontando para outra concepção de sociedade, com justiça, autonomia e participação social e política, tal como expressou o Manifesto de Córdoba de 1918.

Fundamentado teoricamente, o movimento de ocupação iniciado por estudantes propiciou uma ruptura com o modelo estático instrumental advogado pelas lideranças burguesas. E, mais do que isso, evidenciou o Materialismo Histórico Dialético como um método de compreensão e transformação do real ainda muito presente na realidade da sociedade contemporânea. O movimento de resistência deu-se pela proposta crítico-dialética de cientificidade da realidade.

Ao observar a participação dos Estudantes nos acampamentos percebemos a formação política dos mesmos, sendo eles participantes de diversos movimentos de luta em defesa de uma sociedade sem preconceito. Cada capítulo levou o pesquisador a perceber de forma conclusiva os objetivos finais do Movimento Estudantil no Estado de Goiás.

No capítulo 1 realizamos uma abordagem epistemológica da história do Movimento Estudantil no Estado de Goiás. Por essa abordagem percebemos na historicidade do Movimento que não se pode fragmentar as mobilizações de 2015/2016. As lutas estudantis

contra as Privatizações foram o caminho histórico de todos os fatos ocorridos durante o MPL (Movimento pelo Passe Livre), em 2003. Os Secundaristas no Estado de Goiás possuem uma história de mobilização social em defesa da democracia no País, transporte urbano e pela educação pública.

No capítulo 2 a pesquisa aborda a resistência do Movimento Estudantil às Parcerias Público Privadas. Nessa abordagem trazemos a militarização do Estado de Goiás com a truculência policial entrando nas ocupações e retirando os estudantes à força. Também realizamos uma abordagem histórica voltando a 2003, quando durante o Movimento pelo Passe Livre a polícia, de forma violenta, reprimiu diversas manifestações incluindo prisões de alguns manifestantes. Trazemos como compreensão nessa pesquisa que o Estado de Goiás possui uma história de criminalizar os Movimentos Sociais. Também realizamos nessa obra um debate acerca do real significado político de Ocupação, sendo espaço de construção pedagógica da real função. A Escola pública precisa, segundo os ocupantes, representar um espaço para todos sem interferência de empresas privadas.

No capítulo 3 apresenta-se a metodologia de Pesquisa, sendo a análise de Conteúdo a abordagem metodológica utilizada, por meio de pesquisa no local das ocupações e posteriormente a averiguação de páginas do Facebook, nas quais os estudantes abordam suas relações com as lutas diversas do Movimento Estudantil contra a Parcerias Público Privadas. As falas (Conteúdos) foram agrupadas em 8 categorias: 1- Participação Política; 2- Privatização; 3- Ocupação das Escolas ; 4- Exclusão; 5- Unificação das Lutas; 6- O Papel da Comunicação; 7- Revogação do Edital das OSs; 8- Violência Policial. Essas categorias representam a empiria de todo trabalho realizado.

É possível apontar que o movimento de ocupações das escolas é marcado pela abordagem emancipatória, pelo viés revolucionário, sendo uma proposta de superação de uma abordagem instrumental. Essa pesquisa não possui a pretensão de contemplar

todos os pontos e responder todas as perguntas referentes ao Movimento Estudantil no Estado de Goiás. Ela pretende representar a voz dos estudantes que lutam por uma sociedade melhor. Nessa perspectiva abrimos um leque de oportunidades para que outros pesquisadores aprofundem pontos importantes desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

AR. Redação. Ocupação em colégio de Goiânia termina com prisão de 50 estudantes. 07 de Setembro de 2016. < <http://aredacao.com.br/noticias/75142/ocupacao-em-colegio-de-goiania-termina-com-prisao-de-50-estudantes>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

ARAÚJO, Thiago. Jornal Opção. **Operação R\$ 2,80: Estudantes da UFG são presos suspeitos de queimarem ônibus**. 23 de maio de 2015. Disponível em: www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/estudantes-sao-presos-suspeitos-de-queimarem-onibus-4840/. Acesso em 12 de julho de 2017.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARONOWITZ, Stanley. “Pós-Modernismo e Política”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pós-Modernismo e Política** (251pp). Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

BRASIL. **Lei n. 9.637 de 15 de maio de 1998**. Presidência da Republica. Casa Civil.

Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, 1998.

_____. **Emenda Constitucional n. 19 de 04 de junho de 1998**. Presidência da República. Casa Civil. Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, 1998b.

COHN, Gabriel. **Sociologia da Comunicação – Teoria e Ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1973.

COSTA, Alexandre Bernadino; FONSECA, Livia Gimenes Dias da. O direito achado na rua e os Movimentos Sociais. In: Rêses, Erlando da Silva (Org). **Universidade e Movimentos Sociais**. Editora Fino Traço. Belo Horizonte, MG.. 2015.

CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de, SILVA, Maria Abadia da (Orgs). **O Método dialético na Pesquisa em Educação**. São Paulo: Autores Associados. 2014.

CUNHA, Elcemir Paço. Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos “aparelhos repressivos” como síntese do Estado capitalista. Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.4, n.7, jul./dez. 2016. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino médio: Quem é esse aluno que chega à Escola. In: Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo; Maia, Carla Linhares (Orgs).

Juventude e Ensino Médio. Belo Horizonte.MG. 2014.

DONATO, Mauro. Diário do Centro do Mundo (DCM). **Por que os alunos de Goiás estão sendo submetidos à pedagogia do “prende e arrebenta”**, 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: < <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/por-que-os-alunos-de-goias-estao-sendo-submetidos-a-pedagogia-do-prende-e-arrebenta-por-mauro-donato/>>

FORACCHI, Marialice. M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira.**

2ª edição. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1977.

FREITAS NETO, J. A. **A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana.** Revista Ensino Superior Unicamp, 3, 62-73, 2011.

FRIGOTTO, Galdêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional** In: FAZENDA, Ivani. (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 7. Ed. São Paulo: Cortez. Biblioteca da Educação, série I, Escola, v.II , 2001. p. 71-90.

FORACCHI, Marialice. M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira,** 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

G1 Goiás. **Liminar cancela reajuste da tarifa de ônibus**, em Goiânia, 10 de junho de 2013. Disponível

em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/liminar-cancela-reajuste-da-tarifa-de-onibus-em-goiania.html>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

G1-Goiás. **Presos após protestos, três líderes de movimento estudantil são soltos.** 30 de maio de 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/presos-apos-protestos-tres-lideres-de-movimento-estudantil-sao-soltos.html>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

G1 Goiás, com informações da TV. **Manifestantes protestam contra prisão de líderes estudantis**

em Goiânia. 27 de maio de 2014. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/manifestantes-protestam-contraprisao-de-lideres-estudantis-em-goiania.html>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

GAMBOA, Silvio Sánches. **Pesquisa em Educação:** métodos e epistemologias (2ª edição). Chapecó: Argos, 2015

GOIÁS REAL. OS's serão implantadas pra burlar Lei de Licitações, diz Raquel, Goiás, 03

de fevereiro de 2016. Disponível em:

<http://www.goiasreal.com.br/noticia/2613/osundefineds-serao-implantadas-pra-burlar-lei-de-licitacoes-diz-raquel>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. DESPACHO No 596 /2015 (D.O. de 08-12-2015). 13ª promotoria de justiça da Comarca de Anápolis-

GO. Inquérito civil público nº 01/16. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/downloads/despacho_596.htm> Acesso em: 12 jun. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES, Antônio Moreira. **Dicionário do Pensamento Marxista**. /Edição de Tom Bottomore; Coedição de Laurence Harris, V.G. Kiernan, Ralph Miliband; Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

HUNGARO, Edson Marcelo. **A Questão do Método na Constituição da Teoria Social de Marx**. In: CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de, SILVA, Maria Abadia da. (Orgs.). **O Método dialético na Pesquisa em Educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p.15 -78

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo, Intermeios, 2015. 286 pp.

LIMA, Paíque Duques. A Ger'Ação Direta no DF: Reflexões sobre as lutas sociais em Brasília na primeira década do século XXI. In: RÊSES, Erlando da Silva (org.). **Universidade e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte/MG: Ed. Fino Traço, 2015.

LIMA, Gabriela. G1 Goiás. **Representantes de protesto falam em mais de 50 mil nas ruas de Goiânia**, Goiás, 21 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/06/representantes-de-protesto-falam-em-mais-de-50-mil-nas-ruas-de-goiania.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

LOMBARDI, José Claudinei. JACOMELI, Mara Regina M. e SILVA, Tania Mara T. (Orgs). **O público e o privado na História da Educação brasileira: Concepções e Práticas Educativas**. Campinas – SP: Autores Associados. HISTEDB, Unisal, 2005.

(Coleção Memória da Educação).

LUCIANA, Laura L. **Movimiento Estudiantil y Juventud em Brasil: Una Mirada desde la sociología** de Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Editora boitempo, 2011.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **A vez do direito Social e da discriminação dos Movimentos Sociais**. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Cidade: Editora Boitempo. Carta Maior. Coleção Tinta Vermelha. 2013.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. A Construção do Materialismo Histórico-Dialético para a análise das Políticas Educacionais. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, Célio da; José Viana de; SILVA, Maria Abadia da (Orgs). **O Método dialético na Pesquisa em Educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p.177- 181

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Bitempo editorial, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. Volume I Livro Primeiro O Processo de Produção do Capital, 1996.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. Método Materialista Histórico Dialético e pesquisa em pesquisas educacionais: uma relação em permanente construção. In: Cunha Célio da, Sousa José Vieira de, Silva Maria Abadia da (Orgs). **O Método dialético na Pesquisa em Educação**. Autores Associados. São Paulo, 2014

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Movimento Estudantil brasileiro; Práticas Militantes na Ótica dos novos Movimentos Sociais**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 66, Outubro, 2003. pp 177-149.

MONTAÑO, Carlos. Novas configurações do Público e do Privado no Contexto capitalista atual: O papel Político Ideológico do “Terceiro setor”. In: ADRIÃO, Teresa e PERONI, Vera(Org.). **Público e Privado na Educação- Novos elementos para o Debate**. Editora Xama, São Paulo, 2008.

MOVIMENTO ESTUDANTIL POPULAR REVOLUCIONÁRIO. **Afastamento da Frente de Luta pelo Transporte Público-GO**. 06 de outubro de 2003. Disponível em:< <http://mepr.org.br/noticias/movimento-estudantil/821-afastamento-da-frente-de-luta-go.html>>. Acesso em 12 de julho de 2017.

MUNÍZ, Pedro. Facebook. **Ocupação Pré Universitária**. Goiânia, 27 de Janeiro de 2017.

OCUPAÇÃO PRÉ – UNIVERSITÁRIO – **Goiânia**. 27 de janeiro de 2017. Disponível em:
https://www.facebook.com/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-Pr%C3%A9-Universit%C3%A1rio-Goi%C3%A2nia-1029625280423625/?hc_ref=ARQZLxXf2tKswMP-

[gRpE0g5vNTMh5EUydDBXwgWRpBfiAC4PrQjwk3nHMIPWzswWvX8&fref=nf](https://www.youtube.com/watch?v=gRpE0g5vNTMh5EUydDBXwgWRpBfiAC4PrQjwk3nHMIPWzswWvX8&fref=nf)

Acesso em 12 de julho de 2017.

OPERAÇÃO 2,80 E A REVOLTA SÓ AUMENTA. Disponível em [v3KMzwdmgM](https://www.youtube.com/watch?v=v3KMzwdmgM). Acesso em 12 de julho de 2017.

PALUDO, Conceição; VITÓRIA, Fernando Billalva. Contribuições do Materialismo Histórico Dialético para o entendimento da política social na atualidade. In: Cunha, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abadia da (Orgs.). **O Método dialético na Pesquisa em Educação**. São Paulo: Autores Associados. São Paulo. 2014

RÊSES, Erlando da Silva e DUARTE, Marcilon. **Movimento estudantil na ocupação de escolas e defesa da educação pública de qualidade**. Argentina: Revista Integración y conocimiento. V. 6. Año 2017.

RÊSES, Erlando da Silva. A construção do Método no Materialismo Histórico-Dialético e a atualidade do pensamento Marxista no Contexto da Crise Econômico-Financeira. In: Cunha Célio da, Sousa José Vieira de, Silva Maria Abadia da (Orgs). **O Método dialético na Pesquisa em Educação**. Autores Associados. São Paulo. 2014.

RÊSES, Erlando da Silva. **De Vocação para Profissão: Sindicalismo da Educação**

Básica no Brasil. Brasília: Editora Paralelo 15, 2015.

ROLNIK, Raquel. Apresentação As Vozes das Ruas: As Revoltas de junho e suas interpretações. In: VAINER, Carlos et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo/Carta

Maior. Coleção Tinta Vermelha. 2013.

SECUNDARISTAS EM LUTA. (R)existir (Secundaristas deixam seu recado de forma Poética).

Disponível em: <https://www.facebook.com/secundaristasnalutago/videos/1715498428737024/>>

Acesso em 12 de julho de 2017.

SILVA, Suylan de Almeida Midlej e. **“Ganhamos a batalha, mas não a guerra”- a visão da Campanha Nacional contra a Alca sobre a não assinatura do acordo.** Tese de

doutorado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Brasília-DF, 2008.

SILVA, Alcinéia de Souza, **A Geografia Escolar no Contexto dos Movimentos de Ocupação das Escolas Brasileiras.** 2017.

SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de. **Movimentos Sociais, ONGs e Educação**: Um estudo de Caso. Aparecida-SP: Ed. Ideias e Letras, 2009.

SOUZA, José Vieira de. **Método Materialista Histórico Dialético e pesquisa em pesquisas educacionais**: uma relação em permanente construção. In: Cunha Célio da, Sousa José Vieira de, Silva Maria Abadia da (Orgs). **O Método dialético na Pesquisa em Educação**. Autores Associados. São Paulo. 2014.

25 de

TORKANA, Mariana. EBC, Agência Brasil. **Contrários a novo modelo de gestão,**

estudantes ocupam 27 escolas em Goiás. janeiro de 2016.

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-01/contrarios-novo-modelo-de-gestao-estudantes-ocupam-27-escolas-em-goias>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

TÚLIO, Silvio. **PM detém 50 durante ocupação de escola em ato contra OSs, em**



Goiânia. 17 de setembro de 2016. Disponível em: <

[http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/09/pm-detem-50-durante-ocupacao-de-escola-](http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/09/pm-detem-50-durante-ocupacao-de-escola-em-ato-contra-oss-em-goiania.html)

[em-ato-contra-oss-em-goiania.html](http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/09/pm-detem-50-durante-ocupacao-de-escola-em-ato-contra-oss-em-goiania.html)>. Acesso em 12 de julho de 2017.

ANEXO 1

Entrevista com os Estudantes

	Universidade de Brasília – UnB Faculdade de Educação – FE Programa de Pós-Graduação em Educação	
---	---	---

Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educ
Profissional e Tecnológica

Nome:

Idade:

Local de Moradia:

Escola:

Função no movimento:

1. Você sabe o que são as OSs? O que elas significam para os estudantes?
2. Como as OSs podem interferir na educação do Estado de Goiás?
3. Qual a principal motivação do grupo para a intervenção nas escolas?
4. O movimento estudantil está organizado e orgânico no Estado ou ele foi espontâneo para este momento? Qual a quantidade de Estudantes e quantidade de Escolas ocupadas?
5. Há outras estratégias para o enfrentamento ao projeto de presença das OSs no Estado?
6. Como está a abertura de diálogo entre os estudantes ocupados e os poderes do Estado de Goiás?

7. Há articulação com outros setores organizados, com a comunidade escolar e pais? O movimento tem alguma contraproposta para o Governo?

ANEXO 2

Imagens do Movimento Estudantil

Ocupação da SEDUCE (Secretaria de Educação de Goiás)



Ocupação da Escola Estadual



Polícia retira ocupantes à força.....



Mobilização nas Ruas de Goiânia





